

ATA da 248ª Reunião Plenária Ordinária do CADES

DIA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO

Realizou-se na data de 09 de novembro de 2022, quarta-feira, sob a condução do Sr. Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcellos, Secretário Adjunto da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, representando neste ato o Secretário da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e Presidente do CADES Sr. Eduardo de Castro a 248ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, com início às 10:12h, de forma híbrida – presencial (prédio da SVMA), e virtual pela plataforma Microsoft Teams, convocada pelo Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

PAUTA

1. Aprovação da Ata da 247ª Reunião Plenária Ordinária do CADES;
2. Posse da Conselheira Suplente Sra. Giovana Barbosa de Souza, representante da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente pela Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz – Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz – UMAPAZ;
3. Apresentação do tema: “Soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo”, pela Sra. Jaciara Schaffer Rocha, Conselheira representante da Macrorregião Sul 2;
4. Apresentação dos procedimentos fiscalizatórios na região do Rio Cabuçu por solicitação do Conselheiro José Ramos de Carvalho, pelo Sr. Fábio Traldi de Lima, Diretor da Divisão de Fiscalização Ambiental – DFA;
5. Sugestões de temas de pauta para futuras reuniões do CADES.

PARTICIPANTES

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES
Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA
Fábio Traldi de Lima – CFA/SVMA
Jaciara Schaffer Rocha – Macrorregião Sul 2
Juliana Alencar
Isaac Medeiros
Gabriel Neves
Pedro Caique Leandro do Nascimento - SGM

Romulo Araújo Fernandes – SME
Lara Cavalcanti Ribeiro de Figueiredo – SMUL
Janaina Soares Santos Decarli – SMT
Douglas De Paula D Amaro – SIURB
Monica Massumi Hosaka – SMS
Thais Joyce da Silva Amorim – SMSUB
Luca Otero D Almeida Fuser – SMC
Wagner Gomes Salomão – SMJ
Meire Aparecida Fonseca de Abreu – UMAPAZ/SVMA
Giovana Barbosa de Souza – UMAPAZ/SVMA
Rosélia Mikie Ikeda – CPA/SVMA
Juliano Ribeiro Formigoni – CLA/SVMA
André Martins Ferreira – CFA/SVMA
Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA
Marco Antônio Lacava – CMSP
Estela Macedo Alves – IAB
Fatima Cristina Faria Palmieri – UGT
Maria Aparecida da Silva – UGT
Carlos Alberto de Moraes Borges – FECOMERCIO
Alessandro Luiz Oliveira Azzoni – ACSP
Tereza Cristina M. da Cunha – Macrorregião Sul 1
Michelle Letran – Macrorregião Centro-Oeste 2
José Ramos de Carvalho – Macrorregião Norte 2
Delaine Guimarães Romano – Macrorregião Leste 1
Oswaldo Fernandes da Silva – Macrorregião Leste 2
Ângelo Iervolino – Macrorregião Leste 3

TRANSCRIÇÃO AUTOMATIZADA

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Bom dia a todos. Bem-vindos visitantes, Conselheiros, membros da Comunidade. Vamos em frente. Na qualidade de Presidente da mesa, eu, Carlos Eduardo Guimarães Vasconcelos, Secretário-Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - São Paulo. Convocado nos termos do Art. 7º, do Regimento Interno Resolução nº 140/CADES/2011, se realiza na data de hoje, 9 de novembro de 2022, quarta-feira às 10h12min de forma híbrida com acesso online pela plataforma teams e presencial na sala de reuniões do prédio da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - São Paulo, dou início a nossa 248ª Reunião Plenária Ordinária e passo agora a palavra para a nossa Coordenadora Geral do CADES, a Sra. Liliane Neiva Arruda Lima para darmos início a nossa reunião de hoje e pauta do dia. Obrigado pela presença de todos.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Bom dia Carlos. Obrigada pelas suas palavras, bom dia a todos aqui presentes. Antes de começar, hoje a Ciara vai fazer uma apresentação, ela teve alguns convidados e como é de praxe, o nosso Secretário Carlos Eduardo é o Presidente da mesa, ele que autoriza se ele vai dar a voz ou não aos convidados, então a partir de agora que a gente está começando a reunião eu peço, por gentileza, que desliguem o microfone e levante a mão se caso vocês queiram falar após a apresentação da Ciara. Vamos agora ao primeiro ponto do expediente:

Aprovação da Ata da 247ª Reunião Plenária do CADES. Desta forma colocamos em votação a aprovação do referido item, os Conselheiros e Conselheiras que concordarem com a aprovação presente da ata, permaneçam como estão, ou discordam levante a mão. Damos como aprovado a Ata de hoje. Vamos agora para o segundo ponto do expediente: A posse da Conselheira Suplente Sra. Giovana Barbosa de Souza, representante da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente pela Coordenação de Educação Ambiental Cultura e Paz, Universidade Aberta do Meio Ambiente – UMAPAZ. Iremos proceder com a posse da nova conselheira representante do CADES, conforme substituição realizada pela portaria e designação SGM 261, 6 de setembro de 2022. Dessa forma, pela competência, passo a palavra para o nosso Presidente da mesa, o nosso Secretário Carlos Vasconcelos para dar posse a nossa conselheira.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Eu aproveito para desejar as boas vindas, à nossa querida Giovana, a nossa nova Conselheira, e tenho certeza, ela só vai somar com a participação de todos. Agradeço muito a dedicação, a participação e desejo muito sucesso como Conselheira. Giovanna, se você quiser falar um pouquinho fica à vontade.

Giovana Barbosa de Souza – UMAPAZ/SVMA: Muito obrigada Secretário. Eu assumo esse cargo de suplência com muita alegria porque eu admiro demais o trabalho do CADES, eu sei da sua vitalidade e da importância para a cidade de São Paulo, da atuação de todas as pessoas que estão aqui e eu vi que a gente está num momento histórico muito importante para as questões ambientais, então eu me sinto muito feliz de fazer parte. Muito obrigada pela acolhida, Lili, Secretário, espero que possamos fazer um bom trabalho juntos. Muito obrigada viu.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Valeu Giovana.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Seja bem-vinda Gio. Estamos aqui para te acolher com braços abertos. E agora passamos para o terceiro ponto do item com apresentação do tema: Soluções baseadas na natureza, na cidade de São Paulo. Pela nossa Conselheira Jaciara Rocha, conselheira representante da macrorregião sul 2. O presente item de pauta sugerido pela nossa conselheira Jaciara, que explanará em conjunto com outros técnicos que ela vai falar o nome, é importante falar por conta da transcrição, em tema interessante para nossa cidade. Desde já, te dou parabéns pela sua iniciativa para estar apresentando isso no CADES, é de extrema importância as Soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo. Eu te agradeço por isso. A palavra é sua, seja bem-vinda.

Jaciara Schaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Obrigada. Bom dia a todos. É com imenso prazer que estou aqui e obrigada por esse conjunto né, sem essa dupla do Secretário Carlos Eduardo e a Liliane que nos dá abertura para trabalharmos juntos, de mãos dadas, a Sociedade Civil com a Secretaria do Verde, isso é de extrema importância para uma cidade melhor que queremos como São Paulo.

Vamos lá. Bom dia a todos. Muito obrigada pela presença de todos aqui. Hoje nós vamos falar sobre Soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo, do CADES Municipal. Esse selo que nós vemos aqui, Água de Santo Amaro e Água de São Paulo é um time de pessoas que tem a musculatura de querer o melhor para cidade de São Paulo, então são técnicos, nós somos pessoas que usam a cidade e de uma forma com a visão mais sustentável, então nós fomos se juntando e querendo trabalhar na questão

de uma erosão do Córrego São Judas e descobrimos que não tinha nenhum time né, em soluções baseadas na natureza e aí a gente começou a fazer esse fomento para que a gente pudesse ter esse grupo coeso e buscar todas essas orientações direto das fontes. Então o que que a gente fez hoje, eu me chamo Jaciara Schaffer, sou conhecida como Ciara, sou Conselheira do CADES Municipal, só para uma apresentação muito rapidamente, sou arquiteta e urbanista e ambientalista também, lutando pelas causas mais nobre que essa cidade de São Paulo necessita. Então como que vai ser esses autores hoje dessa apresentação, a gente não queria fazer uma apresentação somente teórica, porque teórica você vai lá e busca soluções baseadas na natureza e vai achar um monte de material, então queríamos aqui trazer pessoas que de fato estão trabalhando bastante para isso, modificando as cidades, como o professor Isaac, o professor Gabriel, então eu vou apresentar um pouco desses autores, no primeiro momento eu estou só apresentando um pouco, porque foi essa interferência que eu fiz do mês de setembro e o Carlos, a Liliane nos deu essa oportunidade. A Doutora Juliana Alencar, ela também pertence a esse grupo de aglutinantes em prol de uma cidade mais ecológica, ela é Doutora em manejo de águas urbanas da POLI, ela também é escritora de um livro belíssimo e também trabalha com Infraestrutura Verde pela FAU. O professor Isaac Medeiros, é Geógrafo e Diretor da Análise Licenciamento Urbanísticos Especiais da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Belo Horizonte e vai trazer um trabalho belíssimo que ele tem desenvolvido em soluções baseadas na natureza, assim como o professor Gabriel Dias, engenheiro ambiental e Chefe do setor de Departamento de Licenciamento Ambiental da Secretaria do Verde de Campinas e depois eu volto a falar um pouco sobre a questão para fazer o fechamento e depois a gente vai ter abertura perguntas e respostas desses autores. Então os Conselheiros e Suplentes municipais e como Liliane também pode estar fazendo essas perguntas. Aqui é só uma introdução muito rapidamente, que eu mandei esse slide com antecedência para que os conselheiros pudessem apreciar, o histórico da SBN, esse nome foi pela União Internacional de Conservação da Natureza, então essa organização cunhou esse termo, então muitas vezes aqui é só para a gente lembrar que todos os autores aqui de hoje vão falar em SBN, porque fica mais rápido, mais fácil, então SBN significa “Soluções Baseadas na Natureza”. Então para que a SBN vai trazer, ela justamente vai proporcionar esses benefícios ambientais sociais e econômicos né, e qual é essa, a SBN ela pode trabalhar em função de uma cidade resiliente melhor né, trabalhando até com os desafios que a gente tem passado, com as mudanças climáticas, com a redução de desastres que nós temos com as águas, para também segurança alimentar, hídrica e desenvolvimento econômico porque é muito mais fácil, digamos muito mais interessante como a gente vai desenvolver, não só trabalhar com infraestrutura cinza mas também trabalhar com a questão de trazer SBN para essas soluções cinzas também. E essa multifunção da SBN, trabalhar dentro das drenagens de chuvas, recarga dos aquíferos, regulação da temperatura, do calor urbano, redução de erosão, assim como, a melhoria de qualidade de vida também para nós da Sociedade. E trabalhar também com a paisagem urbana na cidade mais resiliente, é isso que a Prefeitura está imbuída da Secretaria do Verde, imbuída nessa melhoria. E as práticas atuais dentro da SBN que nós trouxemos hoje é uma réplica de qual eles já estão fazendo, então a cidade de Belo Horizonte, depois a cidade de Campinas, então foi um trabalho árduo dessas dez pessoas que temos nessa aglutinação de pessoas para que a gente pudesse estar hoje aqui neste momento tão especial, e assim, dentro dessa pauta de reunião, é porque eu sou muito virginiana sabe, gosto de tudo muito esclarecido para gente não se perder, então essa sou eu apresentando essa parte “como será” depois a Juliana vai falar um pouco sobre relevância para a cidade de São

Paulo, depois do professor Isaque Medeiros vai falar experiência de Belo Horizonte, como a Prefeitura de São Paulo, de Belo Horizonte está trabalhando com SBN, assim como professor Gabriel, a experiência de Campinas. E depois quando o professor Gabriel terminar eu volto as considerações finais e abro para perguntas, é isso, muito obrigada, obrigada Juliana, Isaac, Gabriel por essa oportunidade de estar aqui com vocês.

Juliana Alencar: Olá pessoal, bom dia. Obrigada Ciara pela apresentação, vocês me escutam bem? Só para confirmar... está joia. Eu não vejo o slide, não sei se parou de compartilhar, aí vocês vão passando, é isso? Eu vou falando e vocês vão passando.

Jaciara Schaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Isso, eu vou deixar meu microfone aberto, eu vou passando.

Juliana Alencar: Bom dia a todos, eu vou fazer uma breve apresentação só para trazer um pouco mais da conceptualização, do potencial que as Soluções Baseadas na Natureza tem para a recuperação das águas nas cidades, então para até abrir caminho para os colegas que vão vir na sequência e apresentarem um pouco algumas aplicações, eu vou trazer um pouquinho de algumas conceptualizações até para gente expandir um pouco nosso horizonte, entender como a gente pode fazer utilização dessas técnicas no nosso dia a dia né, no nosso bairro e assim por diante. Então eu acho que é importante a gente entender o efeito que a Urbanização tem sobre as águas, acho que é um pouco claro para gente que vive em uma grande cidade, o quão impactante é a urbanização para os rios e para o sistema de drenagem, mas eu acho que é importante a gente pontuar algumas questões por que elas acabam facilitando para a gente entender onde essas técnicas atuam. Então na medida que a gente urbaniza uma parcela do território, a gente tem o aumento das taxas de impermeabilização e conseqüentemente o aumento do escoamento superficial, da velocidade desse escoamento e por outro lado a gente vai ter menores taxas de infiltração e de recarga dos aquíferos subterrâneos e com isso o decréscimo da qualidade dessas águas e também da resiliência do sistema, então se a gente pensar que a gente no momento para urbanização, a gente tem um contexto que evoluiu ao longo de milhares de anos, uma paisagem que estabeleceu de forma a atingir um equilíbrio ecossistêmico, a medida que agente imputa os elementos artificiais, a gente faz com que esse sistema seja cada vez menos resiliente, e resiliência é a palavra e quando a gente pensa assim mudanças climáticas, mitigação aos efeitos e etc. Então se a gente pensar numa bacia hidrográfica no contexto natural, a gente tem diversos fatores ali atuando que vão fazer o controle tanto de quantidade quanto da qualidade da água, então o que a gente vê nas áreas urbanas são problemas ligados a isso, a gente subtraiu da paisagem todos os elementos que estavam ali atuando no controle quantitativo e qualitativo, então a gente acaba tendo que imputar outros elementos que substituam essas funções que foram perdidas, então se a gente pensar numa bacia hidrográfica natural antes da urbanização a água tem um caminho bem tortuoso a percorrer até chegar no curso da água, ela precipita, ela é recepcionada por elementos da vegetação, por pedras, então ela vai percorrendo a bacia de uma forma muito lenta e com isso ela vai sofrer uma série de processos que dificulta o seu tratamento, a sua distribuição na paisagem, então ela é armazenada no solo, ela é armazenada na vegetação e tudo isso vai acontecendo de forma orgânica e a gente não tem a sobrecarga de nenhum ponto do sistema, ou seja, a água é armazenada naturalmente na paisagem. E a medida em que a gente constrói uma cidade, remove todos esses

processos naturais, a gente tem que trazer essas outras formas de armazenamento e ao longo da história das cidades a gente fez isso, devolveu essas fontes de armazenamento da paisagem na forma de grandes estruturas cinzas, a gente constrói grandes reservatórios cinzas, a gente amplia canalizações, a gente muda questões de rugosidade do canal, a geometria dele para controlar a fluidez hidráulica desse Canal, então a gente foi tentando ao longo de todo esse processo devolver essa capacidade de lidar com as águas através dessas grandes estruturas. E além disso a gente também perdeu a parte do tratamento, então todos os elementos iam fazendo a filtragem das águas, a gente aprende lá desde sempre na escola, a importância do ciclo hidrológico na ciclagem das águas por todos esses elementos que estão trabalhando as águas na paisagem e removendo cargas contaminantes e etc. Então a medida que a gente urbaniza, a gente tem que lidar com essas questões de qualidade da água por que a gente removeu o tratamento natural da paisagem, então a resposta a isso, a gente coloca estações de tratamento e a gente sabe que a gente tem nossas limitações para fazer isso, nem sempre é fácil, nem sempre a gente consegue porque não tem espaço, porque não consegue coletar, então é um grande desafio. Então quando a gente olha para o curso da água nas áreas urbanas a gente vê o reflexo dessa nossa incapacidade de lidar com todos esses processos, o como a gente tem falhado em fazer isso e a gente tem falhado porque a gente tá numa grande cidade e a gente não tem o cenário que ele é trivial não é, é um cenário complexo então envolvem soluções também complexas que nem sempre elas conseguem caminhar junto com todo o desafio que é uma grande cidade, que uma grande cidade impõe, de crescimento desordenado, de uma velocidade muito elevada das taxas de ocupação Urbana e assim por diante, então quando a gente olha para o curso da água ficar muito claro, ele responde a tudo isso que está acontecendo na bacia hidrográfica, então a gente vê ocupação das áreas de várzea, a gente muda o uso do solo sem controlar esse uso, então isso reflete em produção de cargas poluentes, a gente muda a geometria do canal, então a gente faz com que ele seja menos resiliente às cargas poluentes que ele recebe e aí isso vai desde o mais extremo, como esse caso que é um curso d'água que está totalmente poluído, com as margens erodidas e assim por diante, até casos que estão apesar de estarem pouco melhor resolvido ainda assim não estão na sua plena eficiência do ponto de vista da qualidade ambiental. Então a gente diante de todos esses desafios veio uma série de termos sendo utilizados, então “cidades esponja”, “drenagem sustentável”, “Infraestrutura verde azul”, “medidas de controle na fonte”, “medidas de drenagem sustentável” e agora aqui está sendo muito utilizada as “Soluções baseadas na natureza.

Mas todos esses termos tem ali como intuito trazer uma resposta para esse nosso grande desafio que é fazer o manejo sustentável das águas nas áreas urbanas, acho que todos eles com abordagens diferentes trazem essa resposta para o nosso problema né, ó, a gente tem um grande problema que é como gerenciar as águas nas áreas urbanas diante de toda essa complexidade que é o tecido Urbano e eles dão para gente alternativas de como fazer isso e essas alternativas na grande maioria das vezes passa pela utilização de elementos naturais, a gente aliar os elementos cinzas aos elementos naturais, usando as Soluções baseadas na natureza. Então o que que a gente tem em relação aos sistemas tradicionais, digo tradicionais porque a gente utilizou eles por muito tempo e os sistemas que se baseiam no manejo sustentável, nos sistemas tradicionais a gente tem muito foco no controle da quantidade, a gente armazena água, a gente amplia canal, então sempre na questão da quantidade de água porque é isso que geram impacto maior digamos assim, nos momentos das chuvas mais intensas, etc. E além disso a gente sempre vai a parte da premissa do afastamento, então a gente

manda a água embora muito rápido, a gente esconde a água tamponando canais, a gente bota água para o Município da frente, a gente sempre vai afastando, sempre como um elemento de que a gente não quer, então a água diante de tudo isso funciona muito como elemento de restrição, então a gente não quer água, ela é uma restrição ao desenvolvimento a saúde pública e etc. E por outro lado no manejo sustentável a gente tem uma outra abordagem para as águas, a gente vai trabalhar sempre no controle qualitativo junto com o quantitativo, que a gente não sacrifica uma coisa para ter a outra, a gente sempre atua com estruturas que tanto vão fazer o controle da quantidade de água, evitando as inundações, alagamentos, mas também vão promover tratamento das águas para que a gente possa usufruir de todos os outros benefícios que a presença da água na cidade de trás. Então a água é sinônimo de Convivência, a gente convive com as águas, a gente tem rios que estão limpos, a gente tem sistema de drenagem que mantém a água na paisagem, então a água é uma oportunidade não uma restrição. Então o que que as águas podem prover para a gente nas áreas urbanas num contexto de maneira sustentável das águas, então basicamente serviços ecossistêmicos, quando a gente tira a água, polui a água, esconde a água, a gente perde uma gama enorme de serviços ecossistêmicos porque a gente precisa da água, eu costumo brincar né é muito engraçado um alienígena pousar aqui na cidade de São Paulo e a gente explicar para ele como que ao mesmo tempo que a gente tem pessoas morrendo em inundações também não tem água para beber, então é um paradoxo, ao mesmo tempo que a gente morre afogado, a gente morre de sede, não faz sentido né porque, porque a gente suprime todos os serviços ecossistêmicos que a água pode, que os elementos naturais traz, água na paisagem. E aí serviços ecossistêmicos de forma geral é tudo aquilo que a natureza fornece para a gente simplesmente para gente deixar ela existir, então ela fornece a área de lazer, ela fornece água para a gente beber, ela cicla a água, renova o ar, ela fornece elementos paisagísticos. Então é só a gente deixar natureza acontecer que ela já provém tudo isso para a gente, só que à medida que a gente enriquece a natureza usando soluções baseadas na natureza, isso se potencializa. Então essa é a ideia né, que o manejo sustentável das águas ele sempre vai aliar, então a gente tem que ter isso claramente numa cidade complexa como São Paulo a gente nunca vai resolver as coisas tirando toda a infraestrutura cinza imputando a estrutura só verde né, são simples sistemas que vão atuar junto, se complementando, se otimizando, então a medida que a gente parte para sistemas que são pautados na Engenharia Verde, nos sistemas naturais, a gente tem sistemas que são mais promotores de serviços ecossistêmicos, então sempre ter isso em mente né, que não é tirar o cinza, é trazer elementos que convivam, reforce a ação, atue em conjunto, dê mais resiliência para o sistema, porque a gente não resolve problemas complexos com soluções simples. Entender que as soluções baseadas na natureza elas tem esse poder de criar sistemas malhados que a gente diz que são mais efetivos, por que quando uma coisa falha está tudo interligado, conectado e uma coisa vai compensando a outra, então se está tudo ali integrado, se os sistemas verdes estão conectados com as galerias, que estão conectados com as trincheiras e as várzeas e os piscinões verdes, etc. Se uma coisa tem seu funcionamento prejudicado a outra coisa que tá funcionando junto vai ali sofrer uma sobrecarga, mas vai dar conta e tudo vai ser interligado e redistribuído, o sistema é mais efetivo. Então só para conceituar, mais a Ciara já acabou fazendo, as soluções baseadas na natureza são as técnicas que unem os serviços ecossistêmicos, trazem os elementos verdes a fim de promover o gerenciamento dos recursos naturais das águas e potencializando o fornecimento de todos esses serviços ecossistêmicos. E como explorar isso né, a gente pode explorar isso em várias escalas, a gente pode explorar desde uma escala de lote unifamiliar como as residência simples

onde a gente pode promover incentivos para instalação de telhados verdes e jardins de chuvas unifamiliares, pavimentos drenantes, pequenos reservatórios que podem reverter em água para aplicação interna de lavagem de pisos, rega de Jardim, em lotes residenciais aí mais na escala múltipla como, por exemplo, condomínios, plantas comerciais, industriais e aí fica até um pouco mais fácil que a gente consegue regulamentar e a gente já tem hoje em São Paulo alguns instrumentos que estão aí dispostos para isso não é, para incentivar a adoção de estruturas de controle na fonte, reservatório piscininha, pavimento drenante, então assim, olhar para isso tudo e enxergar as potencialidades que o lote tem. Além disso a gente pode partir também para escala, porque não, do Bairro, das avenidas, das ruas e das calçadas promovendo um urbanismo um pouco mais sensível a água, com calçadas que usa em pavimentos drenantes que a gente também aqui em São Paulo já tem a felicidade de já ter várias regulamentações que vão nesse sentido, promover hortas comunitárias nos espaços livres da Cidade, Jardins de chuva que felizmente a gente também já tem muitas iniciativas desse sentido, trincheiras drenantes. E enxergar nesse sentido, enxergar as possibilidades que o território tem, por exemplo, a gente tem muitas vielas sanitárias em São Paulo para passagem de águas pluviais, enxergar esses espaços como áreas que poderiam receber todas essas técnicas, isso é muito importante. E aí sempre lembrar os cursos d'água eles são sempre reflexo dos processos que estão acontecendo na bacia hidrográfica, então a gente vai ter sempre o rio que está condicionado a como a gente trata a cidade, se a gente não tem infraestrutura suficiente, se a gente não lida com a drenagem de uma forma adequada a gente inevitavelmente vai ter Rios com baixa qualidade ambiental ao passo que a gente vai cuidando da cidade, cuidando da bacia hidrográfica, cuidando do sistema de coleta de resíduos, o sistema de drenagem, a gente vai esquecendo o uso do solo do ponto de vista das águas e vai tornando esses cursos da água melhores. Então a gente pode sair de uma condição bem ruim por uma condição um pouquinho melhor, para Rios um pouquinho melhor tratados né, até quem sabe ter rios que são ativos na paisagem, que promovem área de lazer, que tem qualidade de água adequada, a gente tem que ter em mente que numa área urbana a gente não vai ter o rio da Serra, super preservado com peixe raro, mas a gente pode ter um rio que não cheira mal, que seja adequado do ponto de vista paisagístico, que seja integrada a cidade e a população. E lembrar, a gente tem tudo isso com esse “fermentinho” a mais né, que são as mudanças climáticas. Então se antes a gente tinha urgência em fazer isso, hoje num contexto em que temperatura vai aumentando, eventos extremos sendo exacerbados, estão cada vez mais a gente vendo ondas de calor exacerbadas, eventos de precipitação que estão superando as séries históricas todos os anos, isso não é mais nem opção né, não que um dia tenha sido, mas hoje a gente já está caminhando para o atraso a galope, então tem esse fermentinho ainda para a gente levar em conta. Então é isso espero que tenha conseguido dar uma introduzida e abrir o caminho para os colegas que vão vir na sequência. Obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Muito obrigado Juliana. Muito bacana a apresentação. Ciara seu microfone está desligado.

Jaciara Schaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Obrigada Juliana pela excelente apresentação, muito orgulho de estarmos aqui. E agora a gente vai convidar o professor Isaac Henrique Medeiros de Belo Horizonte. Muito feliz mesmo pela disponibilidade do seu tempo aqui conosco para a cidade de São Paulo.

Isaac Medeiros: Bom dia a todos. Obrigado, Ciara. Cumprimentar a todos a Prefeitura de São Paulo na figura do Secretário Carlos Eduardo, a todos os conselheiros e demais presentes nesse momento importante aqui de debate, fico feliz por ter lembrado de Belo Horizonte e nos convidados para esse tema tão importante e que a gente tem devagarzinho, como bom mineiro né, devagarzinho a gente tem construído algumas coisas aqui que tem servido de referência. Agradecer a Juliana que ela não só abriu a porta, mas ela pavimentou o caminho para gente de maneira muito boa porque o que eu vou apresentar aqui perpassa a tomada de consciência de tudo isso que ela colocou tanto no ponto de vista técnico, do ponto de vista de gestão, da importância das técnicas sofreu uma atualização a importância do nosso modelo de gestão e de planejamento Urbano das cidades, ter que caminhar para novos paradigmas. Estruturei a apresentação conforme foi encomendada da seguinte forma, a minha intenção aqui não é trabalhar os conceitos é tentar mostrar um pouco como é que está sendo a nossa trajetória aqui em Belo Horizonte na implementação de algumas ações e nas discussões no sentido de trazer a SBN para o contexto das políticas públicas, a gente defende muito isso aqui no município de Belo Horizonte, que como disse a Juliana, a gente não está mais discutindo se temos que fazer, a gente está discutindo quão urgente temos que correr atrás do tempo perdido, então para que a gente consiga assegurar que estaremos caminhando rumo a soluções mais sustentáveis para cidades, a gente precisa institucionalizar, colocar na forma da lei, tudo isso que foi colocado pela Juliana em termos de perspectiva de futuro, então isso se dá através das políticas públicas, através de várias iniciativas e de vários processos, então Belo Horizonte na última década ela fez um esforço muito grande de mudar seu marco regulatório, então temos um plano diretor Municipal desde 2019 que é bastante Progressista, digamos assim, nesses quesitos, na busca de cidades sustentáveis e foi importante para gente, além do marco regulatório atualizado, o fortalecimento institucional dentro da Prefeitura para que a gente pudesse atualizar os paradigmas como eu disse de modelos, de gestão e de cidade que queremos para que a gente pudesse chegar hoje a concretização de algumas ações que muitas são anteriores mesmo plano diretor, a gente sabe que um plano diretor é resultado não da data em que ele é promulgado, mas ele é resultado de todos os processos anteriores então tem muita coisa que eu vou mostrar que a gente fez nesse contexto de preparação ou de amadurecimento da cidade anterior a 2019 e algumas coisas que a gente tem feito recentemente. Dizer que esse plano diretor nosso está materializado na lei 11.181/2019 ele traz 2 arcabouço, duas bases muito importantes que direcionam toda a política Municipal seja ela de Meio Ambiente, Econômica, de ocupação de uso do solo que são a Nova Agenda Urbana e os comprometimentos que Belo Horizonte tem também com os objetivos de desenvolvimento sustentável, então o nosso Plano Diretor ele traz na forma de texto legal esse compromisso, então nós temos diversos comprometimentos já firmadas em âmbito Global na busca de uma cidade mais ecológica, mais resiliente que são compromissos firmados dentro do conceito da nova agenda urbana da ONU Habitat, então esses compromissos que foram firmados ao longo do tempo, no passado eles estão materializados na forma da Lei, o Artigo terceiro já no início do nosso texto legal que traz de forma contundente que temos o comprometimento com uma cidade que está baseada na Nova Agenda Urbana, não somente isso, mas o parágrafo único trás também o destaque dos princípios, do objetivos desenvolvimento sustentável, em especial o ODS-11 que é o compromisso por cidades e comunidades sustentáveis. Então o que que busca quando se coloca isso na forma da Lei, primeiro a gente buscou um amadurecimento junto com a Sociedade Civil, junto com a Câmara Municipal que a gente pudesse assegurar isso na forma de texto legal porque ter a Lei nos apoiando

abre diversas portas, diversas portas para amadurecimento institucional, para amadurecimento do corpo técnico da Prefeitura e também da sociedade civil, da iniciativa privada, de entender que esse requisito não é mais negociável, a gente precisa caminhar nessa direção de trazer para a cidade a inclusão, a segurança, a resiliência e a sustentabilidade. Então qual foi o mecanismo para gente tentar atingir esses objetivos, trazer assim como a Juliana já apresentou e destacou a importância, o entendimento de que os serviços ecossistêmicos são preponderantes e cruciais para que a gente possa alcançar a resiliência, o retornar a cidade aquelas capacidades que ela tinha que foram sendo perdidas com o processo de urbanização de antropização do espaço, a Juliana colocou muito bem os impactos da urbanização sobre a cidade do ponto de vista da drenagem, isso é replicável para as outras temáticas também e esse reconhecimento nas soluções baseadas na natureza de que ela tem o potencial e a capacidade de trazer esses serviços ecossistêmicos de volta para a paisagem Urbana de modo a conferir para a população qualidade de vida e benefícios, a custos mais baixos e com sustentabilidade maior, com maior longevidade inclusive, isso é fundamental para que a gente possa assegurar os objetivos que estão no plano diretor. Como materialização desse esforço a gente já colhe no próprio texto da Lei uma quebra de paradigma já inicial, aí eu tenho para vocês os dois primeiros anexos do texto legal do plano diretor de Belo Horizonte, à esquerda o mapa da estrutura urbana, o tradicional zoneamento né, então o Plano Diretor tem que trazer a ordenação do uso e ocupação do solo e ele traz na figura do anexo 1 que tá no mapa a esquerda, só que o anexo seguinte é o mapa da estrutura ambiental, já é um reconhecimento de que a gente não pode trabalhar apenas com instrumentos e com parâmetros urbanísticos, ambientais e tradicionais, a gente tem que trazer uma camada de uma estrutura ambiental se quer junto com uma estrutura de uso e ocupação do solo que se pretende, então nós temos aqui no texto da Lei novamente a materialização de toda uma intenção de estruturação ambiental da cidade junto com a estrutura de ocupação e uso do solo e esse mapa da direita ele é tão importante quanto da esquerda, definir parâmetros de ocupação é tão importante quanto definir parâmetros de conservação, preservação e recuperação ambiental para o município Belo Horizonte. Esse arcabouço legal nos permite avançar em outras normativas que faz com que a gente com a porta aberta para trazer e serviços ecossistêmicos e SBN começemos a tratar diretamente do assunto, então a legislação como todas ela precisa de um marco regulatório complementar e isso se dá normalmente através de decretos, então na regulamentação de muitos dispositivos da Lei do plano diretor, a gente conseguiu trazer inclusive para normativas infralegais o decreto municipal 17273/2020 logo depois da implementação da legislação, ele traz literalmente a SBN pela primeira vez no marco regulatório de Belo Horizonte e trás de uma maneira muito importante que reflete aquilo que a Juliana falou, o reconhecimento da importância e da complementaridade da SBN com a infraestrutura cinza, não podemos perder isso de vista. Belo Horizonte guardadas as proporções por que tem uma malha Urbana muito menor que a de São Paulo mas é uma Metrópole com características de desafios ambientais similares, nós compartilhamos diversos dilemas e problemas ambientais relacionados a drenagem, aquecimento, área de risco, então a gente traz aqui no texto do Decreto a obrigatoriedade do poder público quando fizeram intervenção de cursos d'água nos projetos de drenagem urbana também adotar medidas não estruturais, tecnologias verdes e as soluções baseadas na natureza, então é um comprometimento que vai se amarrando nos projetos de obras públicas, a gente vai gradativamente institucionalizando toda essa discussão desses conceitos que a Juliana apresentou para a gente. Além disso estamos recentemente atualizando nossa instrução técnica de drenagem urbana e a gente trouxe a imagem à direita do site da

prefeitura progressivamente estamos publicando os capítulos daquilo que vai ser a instrução técnica atual do município de Belo Horizonte para drenagem urbana e temos um capítulo 3 que trata do controle na fonte e lançamento de águas pluviais no sistema de drenagem. Neste capítulo 3 a gente traz de maneira técnica toda a instrução para que tanto poder público quanto iniciativa privada como seus projetos tenham referências de soluções baseadas na natureza como infraestrutura disponível para tratar a drenagem urbana, tentar quebrar o paradigma de pavimento, sarjeta, boca de lobo e infraestrutura de micro e macro para controle de drenagem, trazer o manejo sustentável de água pluvial para o contexto do dia a dia da cidade tanto nas obras públicas quanto nas obras privadas. Eu vou mostrar exemplos de como é que a gente está fazendo isso na esfera pública daqui a pouco. Do ponto de vista de instrução técnica, hoje todos os municípios, não são Belo Horizonte daqui a pouco vai falar nosso colega de Campinas, BH e Campinas ajudaram na construção desse catálogo de SBN, hoje a gente tem um catálogo Nacional inspirado em experiências brasileiras e também instrui os responsáveis técnicos, os projetistas a trazer as soluções baseadas na natureza para esse contexto que a gente tá discutindo, então o poder público fazendo sua parte, a sociedade civil, os órgãos que são atuantes na área ambiental, na temática ambiental e a iniciativa privada tendo acesso a esses documentos, tanto a instrução técnica de São Paulo, Porto Alegre é referência, Belo Horizonte agora está com essa instrução moderna em publicação, quanto esse catálogo que está aí que é específico, é o primeiro catálogo voltado para o Brasil para ensinar as pessoas o que é e como fazer SBN, isso vai mudando, fazendo a gente virar a página rumo a cidade mais sustentável que a gente planteia. Nesse sentido de atualização de paradigmas a gente tem conseguido trazer um pouco dessa lógica de manejo de águas e manejo sustentável que a Juliana colocou anteriormente gradativamente em Belo Horizonte, essas estratégias de enfrentamento de drenagem Urbana que são clássicas tradicionais que usam e abusam de infraestrutura cinza fazem parte da história de São Paulo e fazem parte da história de Belo Horizonte, a gente não tem que abandonar isso aqui como disse Juliana, no entanto, lá no ciclo hidrológico a gente tem todos aqueles processos de evapotranspiração, interceptação e infiltração que são serviços ecossistêmicos que a biodiversidade que tava ali presente na cidade no momento anterior a sua ocupação e urbanização prestavam para controle e manejo dessas águas e que no momento do ciclo hidro social que é o momento da urbanização nós perdemos e a nossa solução tradicional sempre é a do enfrentamento. E aí a gente coloca os piscinões, reservações, as infraestruturas tradicionais de drenagem. O que a gente tá conseguindo em Belo Horizonte é introduzir infraestruturas verdes e SBN nesse novo paradigma de estratégia de gestão, caminhando para uma tentativa de gestão integrada, onde infraestrutura cinza convencional e infraestrutura compensatória verde nos dê a oportunidade para entrar com as soluções baseadas na natureza, então quando eu enfrento, eu estou trabalhando na consequência, manejo de água pluvial, manejo de drenagem Urbana, não se faz trabalhando na consequência, se faz sobretudo trabalhando na causa e a SBN tem espaço largo para trabalhar nisso trazendo serviços ecossistêmicos. Essa conscientização nos trouxe a oportunidade de traduzir isso metas de governo, então aí a gente tem o plano de metas do governo da atual gestão da prefeitura de Belo Horizonte se comprometendo com esses conceitos e com a SBN na forma de projetos, então tem planejamento de 2021 a 2024 trazendo alguns projetos que eu vou exemplificar como é que a gente quer implantar e está implantando. Temos um projeto enorme com financiamento da ONU para a urbanização sustentável de uma região que sofreu uma invasão enorme e uma ocupação gigantesca por milhares de famílias numa área de preservação, numa área de conservação verde importantíssima do município

de Belo Horizonte, a ideia é reurbanizar esse espaço que se tornou um assentamento muito precário com diversas famílias dizendo com todos os problemas típicos da Urbanização que a gente tem nas grandes metrópoles, mas a gente contrata um projeto junto a ONU para fazer uma urbanização sustentável. Então nesse projeto de urbanização sustentável tanto as habitações quanto equipamentos públicos, quanto a infraestrutura clássica urbana, calçada, via, infraestrutura de saneamento, tudo isso está tendo o input de soluções baseadas na natureza. Tem um exemplo aí no próximo slide mais para frente eu vou detalhar mas pode passar para o próximo por gentileza, aí é só a notícia mostrando como é que a gente está fazendo esse processo nessa região que tem essa característica, uma área verde significativa, vocês veem muito verde na imagem, mas veem já também a formação de uma área precária de ocupação família pobres que vão receber infraestruturas verdes SBN como parte da solução do pacote de urbanização, de melhoria de qualidade de vida dessas pessoas.

Um dos itens desse pacote são projetos com drenagem Urbana sustentável onde além daquele kit tradicional da infraestrutura convencional de drenagem urbana, a gente está requalificando as áreas para conviver com os corpos d'água, lá tem Lagos, nascentes, cursos da água, então a integração desses recursos hídricos à paisagem é um componente do projeto e a criação de infraestruturas complementares de implementação de áreas verdes, manutenção de áreas verdes, recuperação dessas áreas e controle de drenagem como biovaleta, wetlands, trincheiras, tudo está sendo implementado dentro dos projetos para ser um item acessório a infraestrutura de micro e macro que vem para dar a qualidade de vida para essa população. Em áreas ribeirinhas temos projetos de água em florestas urbanas saindo um pouco da questão da drenagem, que tentam trazer outros itens de serviços ecossistêmicos junto com a segurança alimentar para essas populações dessas comunidades, os fundos de Vale do Município receberam uma estratégia e instrumentos de planejamento e ordenamento do solo diferenciados tentando reconhecer o papel dos Parques Lineares como provedores de serviços ecossistêmicos. Então a gente tem o reconhecimento da conectividade das áreas públicas, das áreas verdes do Município e dos corpos hídricos como um item importante da estruturação ambiental e Urbana e a gente trouxe uma ferramenta nova, vocês vão ver algumas das vias dessa imagem todas marcadas um laranja, qual que é a ideia, a gente trouxe uma ferramenta de planejamento Urbano ambiental chamada conexão verde, o que que é a conexão verde, delimitamos todos os eixos lineares do município, tanto vias quanto os corpos da água, como áreas com a intenção de conectividade ambiental, tratando os cursos d'água como eixos para parques lineares e as vias como eixos para arborização. Então essa conectividade da seta amarela entre essas áreas verdes que existem no município ela vai se identificar através de projetos de urbanização dessas vias onde a gente tem oportunidade de colocar SBN e infraestruturas verdes como, jardim de chuva entre outros instrumentos. Aqui nessa mesma bacia onde tem essa imagem que mostra conectividade dessas áreas verdes nós fizemos implementação em caráter piloto, essa imagem de baixo Jardim de chuva Rua Professor Ricardo Pinto foi a primeira oportunidade que a prefeitura de Belo Horizonte teve de colocar um jardim de chuva no logradouro isso faz parte também de uma estratégia de quebra de paradigmas, a gente vem plantando Jardim de chuvas no município em caráter experimental, o de cima foi implantado na mesma bacia que é indicado no mapa numa estrelinha amarela, a localização de ambos em caráter mais pedagógica uma área verde que prestam serviço ecossistêmico importante que é um Parque Municipal que está ali, fizemos Jardim de chuva de 70 metros quadrados e colocamos lá uma estratégia de educação ambiental para que as pessoas conheçam a SBN e concomitante fizemos a retirada do asfalto, a pavimentação

de uma rua que estava contribuindo para o escoamento superficial e implantamos um jardim de chuva neste local, a receptividade e o sucesso dessa implantação piloto foi tão grande que pela primeira vez a gente conseguiu fazer um edital de licitação, estamos em processo de contratação de uma empresa privada para implantar SBN no município, então viemos com alguns projetos pilotos de jardim de chuva e hoje a gente tem um edital com uma empresa em processo final de contratação para implantar nessa mesma bacia que tem aquele da foto, mais 60 jardins de chuva fazendo com que a infraestrutura seja, que lá existe né, de drenagem convencional, seja complementada com SBN, com infraestrutura Verde. Então dessa forma e com parceria com a universidade a gente tem FMG como grande parceira da prefeitura de Belo Horizonte, a gente já está trabalhando também estratégias de monitoramento para que a gente possa ir reforçando, colhendo resultados, implantando mais, monitorando e aperfeiçoando isso enquanto política pública para que daqui a pouco todas as bacias venham a ter essa complementaridade que tem essa bacia, nessa mesma bacia estamos implantando diversos piscinões de grande capacidade, porque, essa estrutura que a gente está colocando aqui é complementar, a gente tem desafios enormes com pessoas morrendo em situações críticas de alagamento e a SBN não dá conta no curto prazo de responder, mas enquanto política pública de médio a longo prazo a gente espera que elas sejam mais importante do futuro do que as infraestruturas cinzas. Aí eu faço uma síntese de como é que a gente saiu do conceito partindo para legislação estando no ponto que estamos agora em termos de prática, os insumos, uma visão estratégica importante, foi importante, marcos legais e normativos e diversas estratégias complementares de planejamento, institucionalização, investimento, implementação, gestão e monitoramento dessas práticas é crucial para a gente, e as capacidades que a cidade tem que ter, que eu tenho certeza que São Paulo tem, a gente tem parceria com muita gente São Paulo a gente sabe que o corpo técnico capacitado não falta, e é necessário, contexto político favorável é fundamental, sociedade civil organizada e engajada, arranjo institucional adequado, orçamento sobretudo, ninguém faz nada sem dinheiro, a gente precisa ter o orçamento dedicado a isso e políticas públicas de médio e longo prazo para quebrar os paradigmas. Perceber bem, objetivos bem rápidos, se eu prolonguei o tempo, eu peço desculpa, era essa contribuição que a gente queria trazer e seguimos à disposição.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Isaac fique à vontade, pode ir devagarzinho, tem tempo ainda viu.

Isaac Medeiros: Vamos deixar o tempo para o debate, que ele é importante também. Finalizei assim, agradeço.

Jaciara Schaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Muito obrigada Isaac. Muito obrigada mesmo. Vamos continuar com o Professor Gabriel Dias, prazer em revê-lo aqui, obrigada pela sua disponibilidade e trazer exemplos belíssimos de Campinas também, assim como foi o Isaac.

Gabriel Neves: Bom dia a todos e todas. Muito obrigado pelo convite. É muito legal participar desses momentos de trocas e até entender como vocês estão fazendo essa gestão participativa que é tão importante, a gente acaba aprendendo bastante, eu acho muito mais fácil quando eu fico por último porque o Isaac já prepara todo o terreno e agora a gente teve também a professora Juliana que preparou toda a parte conceitual, então para mim fica muito mais fácil até ser mais rápido do que eu imaginei, a ideia que

falar um pouquinho, é direto em relação ao programa de Parques Lineares do município de Campinas, como se deu tanto para o planejamento e agora a sua implementação. Então vou focar mesmo na ideia de implantação de Parques Lineares. Campinas vem se planejando, associando planejamento territorial com o planejamento ambiental desde mais ou menos 2013 com a elaboração entre 2013/2016 elaboração do Plano Municipal do Verde, de saneamento básico, recursos hídricos, educação ambiental principalmente e também um pouquinho depois em 2018 o inventário de gases de efeito estufa da região metropolitana, essa parte do planejamento o Isaac já fez um panorama geral, a gente também aqui em Campinas tem feito e hoje estamos no momento de revisão desses planos de maneira um pouquinho mais integrado trazendo as soluções baseadas na natureza que naquela época de 2016 a gente nem tinha muito conhecimento nem usou desse conceito, mas agora a gente já adapta, mas focando no Plano Municipal do Verde, nosso diagnóstico em Campinas, vocês tão perto aqui então devem conhecer Campinas, a gente está a menos de 100 km, mas Campinas faz parte de uma região metropolitana também, tem 1 milhão e 200 mil habitantes e neste território de quase 800 km quadrados, entre 750 aproximadamente, se dividir a quantidade de áreas verdes pela quantidade de habitantes em 2016, a gente tem um alto índice de áreas verdes por habitante, 87 metros quadrados por habitante, só que isso a gente consegue olhar até no mapa que a maior parte dessas áreas verdes, principalmente as de função ecológica, elas estão na periferia vamos dizer assim, na parte de fora da cidade onde está a nossas áreas rurais, as nossas unidades de conservação. Quando a gente traz para dentro do perímetro urbano, que é a parte colorida desses dois mapas, esse índice começa a mostrar um pouquinho mais a realidade da área urbana da cidade, então os dois primeiros mapas mostram que em 2016 ou ano base 2015, como as áreas verdes aqui de função social que é associação de uma área verde de função ecológica com uso público agente tem um índice muito menor, de 6,2 metros quadrados por habitante. Ontem participei de uma reunião com o professor da Medicina e da USP e ele tem um índice, que o ideal é acima de 10 metros quadrados por habitantes de Parques públicos dentro da área urbana, então Campinas está bem aquém desse índice. E se a gente projetar o aumento da população no cenário de 10 anos de vigência do Plano Municipal do Verde, sem o aumento de áreas verdes a gente reduz obviamente o índice para 5,3 metros quadrados por habitante. Então esse é o nosso panorama, se vocês olharem no mapa as áreas mais escuras é onde a população, a residência da população está mais longe de uma área de beneficiação social. E com isso principalmente por causa da expansão Urbana, na expansão desordenadas não sobra espaços para a gente atuar, o Isaac trouxe alguns exemplos de pequenos espaços que conseguem em canteiros, valetas, etc. E Campinas tentou para o aumento dessas áreas, função social de trazer o uso público, os únicos espaços possíveis foram as beiras dos rios, então a gente traz o conceito de Parques Lineares que é a associação entre a função ecológica necessária de recuperação das matas ciliares, manutenção da biodiversidade, conexão através de corredores ecológicos entre fragmentos importantes também pensando na qualidade do recurso hídrico associado a algo social, então a promoção de atividades de esporte e lazer, circulação não motorizada, tanto pedestres quanto ciclovias e pensando nas mudanças climáticas que já foram faladas aqui que é adaptação aos eventos extremos mais focados no aumento das zonas de inundação, áreas livres que não existem residências em momentos de eventos extremos mas também microclima, qualidade do ar, etc. E aí a gente começa a perceber em 2016, a gente nem trabalhava com conceito de soluções baseadas na natureza, mas agora a gente já traz entendendo que o Parque Linear, o conceito por si só é uma solução baseada na natureza que estamos utilizando. E com

isso a gente, para reduzir esse déficit de áreas verdes públicas à questão social nas diversas regiões da área urbana da cidade de Campinas, o plano Municipal do verde propõe a implantação de 49 Parques Lineares e aí eles distribuídos em todo o território Urbano para deixar um pouquinho mais claro o mapa não é daquelas manchas marrom escuras para deixar mais claro onde a população residente, a moradia está cada vez mais perto de uma área pública, uma área verde com uso público. Então a gente tem um plano, tem a proposta de implantação e a ideia é como agir, o primeiro passo foi internalizar dentro do plano diretor, o Isaac já falou a importância do plano diretor na gestão da cidade, e Campinas pensando nisto inclui como um eixo estruturante do plano diretor municipal de 2018 a última versão, a consolidação dos parques lineares em ter mais áreas verdes, dentro do sistema de áreas verdes e unidade de conservação, e isso possibilitou algumas alterações de legislações abaixo do plano diretor fazendo com que a gente tivesse um sucesso nas intervenções, no território. Então nesses 49 Parques Lineares, parte deles estão incidentes em áreas privadas, partes em áreas públicas e são atuações diferentes, em áreas privadas a gente alterou a legislação do parcelamento do solo, Legislação Municipal obrigando o interessado, o dono, o agente privado que incide em algum Parque Linear desses 49 propostos a implantá-los de acordo com critérios que são estabelecidos tanto pelo meio ambiente aqui em Secretaria de Meio Ambiente mas também serviços públicos que cuida de parques e jardins, acessibilidade, transportes e etc. Então através de uma resolução específica conjunta com outras secretarias esses interessados precisam aprovar projeto básico ou executivo e implantar essas áreas para depois doar a Municipalidade. Essas imagens aqui são do primeiro Parque Linear que foi implantado através disso, então sem recurso público utilizado, agora a responsabilidade do município de mantê-lo. Hoje a gente até tem até o número mais atualizado a gente já aprovou 21 projetos básicos, 7 projetos executivos e 2 Parques, um deles na foto, 2 Parques já implantados através desse mecanismo. E nas áreas públicas a gente que é a responsável, já é responsável a Municipalidade pelo cuidado, atenção e conservação desses espaços, a gente utilizou do Fundo Municipal Ambiental para a contratação de um serviço de diagnóstico, prognóstico e uma proposta de implantação de cada um desses Parques Lineares, mas de maneira mas na escala de bairro, entender a dinâmica do bairro, socioambiental, socioeconômico, transporte público, condição ambiental nessas matas ciliares, para uma proposta que atenda a todos os critérios da Municipalidade mas também os critérios da parte mais interessada que é para a própria população. E com isso a gente usa de compensações ambientais advindas do licenciamento ambiental municipal, ou o próprio orçamento Municipal, incluindo o programa de Parques Lineares dentro da LOA e do PPA, fazendo interface com outras políticas públicas setoriais, o plano ciclo viário da secretaria de transporte que consegue ter uma interface com os Parques Lineares através das ciclo vias, plano de macrodrenagem como eu falei, pensando nas zonas de inundação, Programa da Primeira Infância Campineira que traz a visão da criança no planejamento territorial e entre outras. E com todos esses argumentos, documentos, diagnósticos, plantas propostas, a gente busca financiamento não só dentro do Município, mas em outras esferas de Governo Estadual, Federal e Internacional. Então hoje a gente está selecionada por um projeto chamado GAP FUND que vou falar um pouco mais para a frente e o TAP ICLEI que é outro programa que tenta incentivar esse link entre projetos, cidades e financiadores internacionais. Então hoje a gente tem, que eu posso citar 43 plantas propostas de implantação desses Parques Lineares, metade deles já com ações de implantação de plantio ou de implantação de equipamentos públicos, ou de mobilidade ativa, 6 desses Parques a gente propôs como contrapartida do estudo de impacto de Vizinhança que é também o

resultado da inserção do programa dentro do plano diretor e esses dois projetos que citei de GAP FUND e TAP ICLEI. O programa TAP ICLEI que estamos caminhando agora é focado no Parque Linear do Córrego Bandeirantes, é uma região bem periférica da cidade com déficit grande de áreas verdes de uso público ou função social da região e aí a GIZ que é uma ONG Internacional através desse projeto GAP FUND contratou a elaboração de projeto básico para depois buscar financiamento com banco europeu de investimento mais a inauguração desse projeto básico, interessante é que a gente vem tentando fazer e dia 3 de dezembro vai ser a reunião com a comunidade, é elaborar, construir de maneira coo participativa junto com a comunidade e os agentes tanto do serviço público quanto da comunidade local em conjunto para o Parque Linear atendendo todas as demandas necessárias então a gente está chamando o pessoal que tem horta lá, o pessoal que tem um campo de futebol que usa, setores da Cultura, coordenadores, diretores e responsáveis pelo serviço de saúde e educação, residentes ali no território entre outros, além de tentar transformar o território de uma maneira mais sustentável, a gente vem tentando aqui em Campinas e esse é um dos principais pilotos, é de fazer de maneira participativa junto com a comunidade porque o nosso principal problema Municipal futuro é quem que vai cuidar desses espaços, a Municipalidade tem a responsabilidade de fazer a sua manutenção, porém, a ajuda né através da comunidade local é importantíssima para o sucesso desse projeto. Então eu fecho aqui, mostrando o planejamento do território através da inserção dos danos ambientais dentro do plano diretor ele consegue ser traduzido na transformação do território de fato através de uma série de iniciativas que vão se compensando, se complementando e principalmente linkando com outras partes interessadas, tanto outros setores de serviço público, outras secretarias no nosso caso, mas também de outras partes interessadas, o setor privado sendo obrigatório ou e a obrigação ou parceria e principalmente a Sociedade civil. Aqui tem um só um link do site Parques Lineares e também o link de um vídeo no Youtube que a gente foi contemplado, que eles fizeram uma visita online digital no Município de Campinas mostrando tudo isso que eu falei, mas de maneira mais visual. É isso, muito obrigado.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Gabriel muito obrigado pela apresentação, muito bacana. Ciara, Liliane.

Jaciara Schaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Muito obrigada Gabriel. Parabéns a todos os conselheiros receberam essa apresentação então com certeza eles estão acessando o e-mail de vocês, o telefone de vocês, porque aqui todos nós trabalhamos muito para que essa cidade São Paulo seja, de fato, uma referência como vocês. Então para finalizar aqui as diretrizes e ações da SBN da cidade de São Paulo, claro que a nossa Secretaria do Verde já está trabalhando bastante em função disso. Nós temos o PLANCLIMA que é um plano de ação climática do Município da cidade de São Paulo que está fazendo a questão da adaptação da cidade do hoje para amanhã, então os objetivos específicos de SBN também associada às tradicionais drenagens e na ação 23 também incrementar o uso de SBN nas obras de infraestrutura e drenagem. Então tem essa meta para todas as soluções baseadas na natureza PLANPAVEL é também, que é o Plano Municipal de Áreas Protegidas e Áreas Verdes Espaços Livres, estimular a adoção de SBN também nessas intervenções da manutenção de espaço livre públicos e melhorar a condição da absorção, retenção, escoamento e também da própria usar a SBN para trabalhar a questão dessa paisagem Urbana, oferecendo uma qualidade de vida a todos os habitantes da cidade de São Paulo. A revisão do PDE também, nós tivemos no mês de outubro, mês passado, aqui com os conselheiros que é a revisão da

proposta do PDE que terminou com a participação no Participe mais né sobre a indicação de estudos técnicos desse processo participativo, da comunidade, da sociedade civil e trazendo, incorporando, o sistema SBN também para o macro e microdrenagem da cidade de São Paulo. Dentro das considerações finais, eu queria deixar porque pode ser que alguns conselheiros não estiveram na reunião de Setembro, tudo começou quando eu fiz a pergunta na apresentação se não seria considerável, quando a gente teve apresentação das propostas dos piscinões para cidade de São Paulo que apareceram os piscinões que vão ser instalados, então a minha preocupação foi justamente porque não solucionar essas implantações junto com as soluções baseadas na natureza e como o nosso Presidente aqui, o nosso Secretário Carlos Eduardo, ele é uma pessoa que dá esse estímulo a todos nós conselheiros a cada dia melhor buscar soluções para a nossa cidade e quando eu levantei juntamente com a Liliane, então esse item CADES né foi justamente para que a gente pudesse, então eles ofereceram Jaciara já que você se interessa tanto, você está buscando, então por favor apresenta aqui essas soluções baseadas na natureza então isso é o item dois de trazer mais conhecimento para nossa área, para o nossos conselheiros. E assim a cidade fazendo uso da SBN, como a gente pôde trazer a cidade de Belo Horizonte, de Campinas também trazendo esses exemplos maravilhosos aqui e isso a gente vai caminhando para que a Secretaria do Verde assim como todos os conselheiros que são atuantes também e suas regiões possam ter uma amplitude de pensamento. E assim o nosso aviãozinho pode subir, essa SBN, aplicada na cidade de São Paulo e trazer as boas aplicações como todos da Secretaria do Verde tem trabalhado bastante. Então esse foi o nosso início de tudo e agora lançado para novos horizontes, para novas possibilidades. Agora a gente abre para perguntas, muito obrigada a todos por essa apresentação.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Ciara, eu queria aqui em nome da Secretaria do Verde agradecer você, agradecer nossos convidados pelas fantásticas apresentações, como você disse, já virou meio que moto meu, a nossa porta está sempre aberto para nos envolvermos com a sociedade civil em busca de melhores soluções para o Verde em São Paulo. Outra coisa que eu falo sempre é, a gente tem grande desafio e por isso a UMAPAZ é uma das coordenações queridinhas, a gente tem um grande desafio em relação à educação ambiental, ou seja, não adianta a gente ter 12 milhões de habitantes na Cidade de São Paulo, 18 na grande São Paulo, acho que até mais, se as pessoas também não pensam, não precisa só pensar, mas que também pensem na qualidade ambiental, nos reflexos do que fazem, na proteção dos aquíferos, dos nossos Rios, ou seja, todo mundo tem que participar. A Municipalidade não consegue fazer tudo sozinho, por mais dinheiro que exista, então a sociedade tem que se envolver, as organizações sociais que também representam sociedade têm que se envolver e a Municipalidade tem que sempre estar de braços abertos, de portas abertas, de telefones disponíveis para junto com a sociedade, junto com um corpo técnico, pensar, implementar e aprovar as melhores soluções. Agradeço muito a apresentações, a gente vai guardar com carinho né, já estou pensando aqui em mandar essa apresentação para algumas pessoas chaves que todas foram muito bem apresentadas e no que podem compartilhar ao que a gente já tem. O que a já tem no PDE, o que a gente já tem no PLANCLIMA, o que a gente tem no PMAL e nos outros instrumentos que determinam a direção da Prefeitura. São Paulo pelo tamanho eu também falo sempre, está na nossa bandeira, a gente não é conduzida, a gente é quem conduz. Então temos que trabalhar para a gente manter esse protagonismo e desenvolver sempre novas e melhores soluções em relação ao meio ambiente, mais

uma vez junto com a sociedade, com o apoio da sociedade educando os setores da sociedade e discutindo por melhores soluções agradeço mais uma vez e agora a gente tem algumas questões. Eu acho que, pelo menos o primeiro aqui na minha lista é o Ângelo.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Eu gostaria de agradecer também a Jaciara pelas suas palavras, pela sua apresentação, ao professor Isaac, a Juliana e ao Professor Gabriel. Sejam sempre bem-vindos aqui foi uma excelente apresentação para todos. Temos 5 pessoas, o Ângelo é o primeiro.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Ângelo, só abrir o microfone e estamos ouvindo.

Ângelo Iervolino – Macrorregião Leste 3: Bom dia Secretário e todos os companheiros do CADES. Primeiramente parabenizar a Ciara e os parceiros pela belíssima apresentação, quando da apresentação acho que foi o segundo slide que apareceu aquele Córrego e pela aparência bem poluído, veio a memória, eu estou há menos de 200 metros do Rio Aricanduva e menos de 2.000 metros da nascente do Aricanduva. Então é muito impactante a questão do Córrego Aricanduva, eu acho que ao longo dele todo por que se na nascente já está assim, quando ele vai na parte mais urbanizada onde abre-se o rio, então a poluição continua, então o rio Aricanduva neste espaço até chegar eu acho a altura da APA do Carmo é um verdadeiro Rio de esgoto, por isso que eu venho insistindo muito da criação do Corredor Ecológico e a minha preocupação é essa, nós somos com o Parque Cabeceira do Aricanduva já adiantado. Como nós vamos ter um Parque onde passa um rio poluído desse jeito, eu acho que para o futuro a gente teria de trazer, talvez a Sabesp, que nos cobram o esgoto, que não é barato e as vezes muitos lugares ele é jogado no próprio córrego. Então qual é o planejamento da Sabesp, alguma coisa para estar melhorando a qualidade da água, isso não é água, é esgoto. A gente reza para chover bastante, pelo menos levar um pouco desse esgoto para fora e eu queria perguntar tanto para o pessoal de Belo Horizonte e de Campinas, qual foi a solução ou está sendo a solução para esses casos de esgoto sendo lançado nos córregos? Obrigado.

Isaac Medeiros: Senhor Ângelo, obrigado pela pergunta acho que a resposta é bem simples assim eu acredito que nos projetos lá de Campinas ou tanto quanto nos de Belo Horizonte de criação de parques lineares, o componente saneamento básico ele tem que estar presente, ele é um item obrigatório, então quando a gente tem um projeto elaborado e implementado essa solução de saneamento básico ela vem com interceptar, coleta quando não tem interceptação desse esgoto para deixar o curso d'água livre dessa poluição. Nós fizemos implementação de três belíssimos parques em um projeto chamado Drenurbs, muita gente conheceu esse nome por volta dos anos 2010, ganhou muito destaque em Belo Horizonte e em todos eles fizemos excelentes corredores, Parques Lineares, trazendo o Rio de volta na sua característica de água limpa com a população podendo usufruir, tirando projetos de parques lineares essa busca constante que você tem que ter com o serviço de prestação de saneamento, você citou a concessionária de São Paulo, aqui nós temos uma concessionária também e que a gente busca o tempo inteiro que ela faça o seu papel e que cumpra o seu papel com os investimentos necessários. Paralelo a isso, a gente tem que trabalhar também na ponta com a população, que muitas vezes a população ela ainda tem por diversas questões por principalmente por questões de viver e ocupar áreas as vezes informal,

elas acabam contribuindo para agravamento desse tipo de situação, então é a parceria poder público, concessionária, população para gente buscar a universalização do sistema de coleta e tratamento. Belo Horizonte tem um índice de coleta de esgoto muito alto, então isso para gente é um problema hoje que a gente pode dizer que é pontual, mas é fruto desse esforço coletivo, sociedade civil, concessionária, poder público.

Gabriel Neves: só complementando Campinas também, o nosso índice também é muito alto, nossa concessionária é a SANASA, ela tem um plano de 300% , coleta, tratamento principalmente né, mas a gente tem um problema muito grande de ocupações irregulares, então no processo de regularização fundiária, uma Secretaria que eu não citei, nessas parcerias que a gente vem fazendo para implantar os parques lineares, uma das principais é a própria Secretaria de Habitação do processo de regularização fundiária para poder regularizar você tem que trazer uma infraestrutura mínima prevista em Legislação tanto federal quanto estadual e municipal que é a garantia do saneamento básico, então a gente não implanta Parque Linear em lugares que tem, antes de resolver problemas e impactos relacionados à saneamento básico, por exemplo, isso para áreas informais ou ocupações irregulares, em áreas que está ocupado de maneira regular é o que o Isaac falou, através da conscientização da população, evitando conexões clandestinas porque se está regularizada tem saneamento, tem infraestrutura de saneamento, mas a gente precisa combater essas questões clandestinas e atuar cada vez mais com a população para que ela nos ajude tanto nas denúncias quanto evitando porque é um bem, o Parque Linear é um bem da prefeitura né, um bem da população local. Então quem deve prezar também pela qualidade desse local também é a população.

Isaac Medeiros: Se me permitem um complemento, só para trazer para o tema do debate aqui hoje né, Sr. Ângelo. A população pode sim, ajudar tanto do ponto de vista de não fazer a ligação clandestina, quanto também existem técnicas de soluções baseadas na natureza, para tratamento domiciliar individual, então isso é uma coisa importante também que os municípios podem estar atentos. Belo Horizonte está fazendo naquele projeto de urbanização sustentável que eu citei, iniciativas de tratamento individual, por vezes, trazer a universalização para áreas grandes complexas, onde você não tem grandes projetos de reurbanização ou de regularização fundiária, faz com que a gente gaste muito tempo com o impacto ambiental para um dia ter a rede convencional, existe SBN específica que são capazes de tratar o esgoto doméstico do domicílio. Então esse é um investimento que pode ser feito, de curto prazo, até que no médio longo prazo se conquiste uma infraestrutura formal ou se venha até dispensa-la se essa individual por vezes resolver, dependendo do contexto, você pode até seguir com ela. Então a SBN também pode atuar nesse sentido.

Ângelo Iervolino – Macrorregião Leste 3: Liliane, se me permite só um esclarecimento. São Paulo, infelizmente mesmo as residências que tem supostamente, tenha esgoto, infelizmente a concessionária não faz o tratamento, a própria concessionária deságua esse esgoto nos córregos. Só uma complementação, quando ele falou de tratamento, se nós estamos pagando pelo esgoto, a gente supõe que a concessionária faça tratamento desse esgoto e não jogar no córrego mais próximo como acontece aqui na minha região. Obrigado.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Sr. Ângelo. Passo agora a palavra para Cira Malta, por favor.

Cira Malta: Eu estou aqui conversando com a Rosélia, a Rosélia tem questões e depois ela passa para mim.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Cira, está muito baixa a sua voz, não está saindo para a gente gravar. A Cira é nossa servidora aqui, ela trabalha junto com a Rosélia.

Rosélia Mikie Ikeda – CPA/SVMA: Liliane, eu também pedi a palavra. Eu poderia falar antes da Cira? Por gentileza.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Pode sim Dona Rosélia. A Sra. e a Cira juntas.

Rosélia Mikie Ikeda – CPA/SVMA: A Cira não é do CADES, mas eu convidei ela porque a gente está trabalhando o SBN lá na Secretaria. Ela está coordenando os trabalhos. Mas eu queria antes fazer algumas perguntas. Primeiro agradecer bastante mesmo a Cira, por essa tão oportuna apresentação, porque nós da Secretaria, eu sou Coordenadora de Planejamento Ambiental da Secretaria, e a gente está de fato agora, depois que nós concluímos todos os planos verdes né, também o PLANCLIMA, a gente está realmente, agora iniciando implementações, algumas iniciadas, outras a iniciar, de todas as ações que os Planos trouxeram. E o desafio nosso sempre é a gente conseguir fazer a transversalidade que os planos pedem para que a gente consiga com que todas as ações do poder público estejam no mesmo caminho desse seu “aviãozinho” e é uma batalha que a gente vem há anos tentando enfrentar porque nós somos uma Secretaria de orçamento muito pequeno, então a grande parte das intervenções que são feitas na cidade, são feitas por outras Secretarias, especialmente a Secretaria de Infraestrutura Urbana e a Secretaria de Habitação, que são grandes Secretarias que fazem intervenções de grande porte na Cidade e então nosso trabalho têm sido sempre fazer uma interlocução para introduzir essa questão dessas soluções baseadas na natureza e é um trabalho muito demorado. Então umas das perguntas que eu gostaria de fazer antes de passar a palavra para a Cira, seria de saber, tanto de Belo Horizonte quanto de Campinas, como é o arranjo institucional, que é uma das coisas que o Isaac trouxe, a importância de o arranjo institucional para a gente conseguir chegar, alcançar os objetivos. E em São Paulo, o plano diretor da cidade de São Paulo trouxe um programa chamado “Operação dos Fundos de Vale” só que não atribuiu para nenhuma Secretaria cuidar desse programa porque a gente vê nesse programa o grande potencial, uma coisa mais de soluções integradas porquê de fato acontece o que o Sr. Ângelo trouxe, é que a gente não consegue ter atuações de forma integrada ideal, a gente consegue fazer as coisas aos pedaços e setorizados, então a solução, a gente implanta um Parque Linear mas ele fica imperfeito, você não alcança todos os objetivos dele, então uma questão é o arranjo institucional, nós aqui estamos muito setorizados no Município de São Paulo, cada um cuidando do seu pedaço e também a questão da bacia hidrográfica que no caso do município do Estado de São Paulo quem cuida das bacias hidrográficas é no âmbito Estadual, os comitês das bacias hidrográficas e a gente tem também lugares em que a gente trabalha e que há a interferência que a Bacia já vem de outro município, ela tem interface com outros Municípios. Então como vocês também, no caso deles, como eles trabalham com isso relação as questões que extrapolam o âmbito do município. Seriam essas duas perguntas, quanto arranjo institucional à questão que extrapola o município.

Isaac Medeiros: Agradeço a Rosélia pelas perguntas, acho que são fundamentais seus questionamentos. Em relação ao arranjo institucional, esse é um desafio que todos nós temos, acho que o Gabriel vai falar a mesma coisa, vencer a nossa tradição de políticas setoriais para promover uma gestão mais integrada do território, das políticas públicas, são desafios enormes e a gente trabalha com eles todos os dias das pequenas coisas e nos grandes projetos. Eu acho que uma coisa importante, eu vou dar exemplo de como é que a gente fez, é alguns avanços e não resolveu tudo em Belo Horizonte, o Gabriel também não está com tudo resolvido em Campinas, a gente está caminhando, então o que que a gente fez, tem algumas coisas que são conquistadas na marra sabe, vocês que são do poder público sabem disso, é com pé na porta mesmo, estamos aqui um conceito de política pública então somos todos democratas e em uma sociedade democrática o pé na porta que a gente pode contar com ele é o artigo da Lei, então o que que acontece, a gente tem aqui algumas coisas que nós conquistamos através de dispositivos legais e normativos e nos forçaram essa integração sabe, por exemplo, a gente tinha que antes do novo plano diretor ainda a persistência de uma cultura de drenagem Urbana voltada para produção de avenidas sanitárias e até mesmo incentivando algumas canalizações, de agosto de 2019 em diante nós temos um artigo da Lei que veda tamponamento de custo d'água, acabou, não pode mais, sabe o que isso fez para gente, fez a gente jogar fora, botar no lixo uma meia dúzia de projetos executivos de obras públicas que tratavam de avenidas sanitárias, que eram conceitos tradicionais da engenharia de controle de drenagem com infraestrutura cinza e nos colocaram em outro projeto e neste outro projeto através daquele decreto que eu mostrei para vocês na apresentação que nos obriga agora colocar SDN dentro da lógica de estudos e alternativas, isso nos fez tentar integrar as visões e as políticas, então tem uma coisa que é importante, é que assim, eu citei o contexto político favorável, nós tivemos um contexto político favorável em que o governo abraçou essas ideias conosco e bancou e a partir do momento que a gente conquistou isso na forma de regulamentos isso traz para a gente conforto para trabalhar e virar para o secretário, para o gestor e fala assim, porque eu não posso mais executar esse projeto? Por que é ilegal. E aí qual que é o projeto legal agora, abrimos na mesa um novo estudo de alternativas e trabalhamos com alternativas integradas de Parques Lineares que vão trazer função de drenagem, vão trazer função social, que é a busca do Campinas com projeto de Parque Lineares deles. Então eu acho que, só compartilhando esse exemplo, eu acho que tem outras coisas para discutir nesse tema, mas não se constrói com muita facilidade, cada um cuida do seu mesmo, cada um com seu orçamento, mas a gente tem que ir paulatinamente criando condições favoráveis, arranjos legais são importantes para fortalecer arranjos institucionais depois. E essa questão da visão Inter setorial é um dilema que a gente vai ter todo dia na busca da quebra desses paradigmas. À questão supra municipal é fundamental, contextos metropolitanos a gente sofre muito com essas dificuldades, aqui na região metropolitana de Belo Horizonte, nós tivemos na gestão em duas gestões anteriores do governo estadual um incentivo muito grande, um estímulo muito grande para a construção de um planejamento Metropolitano, a gente aproveitou a Lei federal, fizemos um plano, chegamos até a discussão de macrozoneamento aqui na região metropolitana de Belo Horizonte, a última gestão infelizmente abandonou o termo forte, mas assim não priorizou esses projetos e em termos de soluções baseadas na natureza, em especial drenagem Urbana Belo Horizonte tem diversos desafios, a gente tem um cartão postal nosso que é a Pampulha, o espelho d'água da Lagoa da Pampulha sofre hoje com essa dilema da gestão Metropolitana por que as Cabeceiras estão no município vizinho, o grande curso d'água de Belo Horizonte que é o Rio

Arrudas que passa na região central do município também nasce nesse mesmo município vizinho, então esperamos que tenhamos novamente um contexto político favorável para fortalecimento da discussão Metropolitana por que é outro desafio que nós temos aqui também tentado vencer.

Gabriel Neves: O Isaac já falou tudo, pé na porta acho que é a frase que contextualiza bem. Então Campinas, a nossa dificuldade e o principal ponto que a gente tem que é tentar associar, fazer interface entre as políticas públicas. A implantação do Parque Linear que eu quero aqui em Campinas no bairro x não é para resolver um problema e meio ambiente e sim uma conjunção de problemas, por exemplo, quando a gente vai conversar com a Secretaria de Habitação eles tem a preocupação de fazer a regularização ou até locação de moradias e que depois não tenha de novo ocupação em área de risco, como que isso vai se dar? Implantando uma área de uso público para aquela população, então a gente vem tentando associar, é lógico quem tem mais dinheiro, as outras secretarias que tem mais dinheiro fica até mais difícil você convencer porque eles que estão com poder econômico mão, mas associar é muito importante, a legislação é imprescindível, como o Isaac falou, mas também tentar convencer hoje a gente tem convencido, o nosso Secretário de Finanças que se não trazer a questão ambiental e climática você não consegue financiamento, então agora inverteu a lógica, as finanças ou a secretaria de Cultura vem buscar os nossos dados, os nossos programas para incluir nos editais, incluir isso nos projetos deles para busca de financiamento externo, fora de município, seja no BNDS que já pede alguns itens ambientais, então a gente acaba incluindo o projeto de pavimentação alguns Parques Lineares associados as ciclovias por que é uma necessidade, um critério básico do BNDS ou recurso Internacional e etc. Isso acho que é o principal ponto econômico.

Isaac Medeiros: Gabriel, só reforçar essa questão, desculpa atravessar, mas pensei que você tinha acabado. Esse ponto que você está colocando é fundamental e para mostrar um pouco isso, você já deu o exemplo, e hoje quando a gente vai buscar recurso lá fora o item da sustentabilidade é um requisito básico, aquele projeto que a gente tem recurso da ONU a gente só conseguiu trabalhar urbanização, projeto de urbanização nessa área porque tinha a questão da sustentabilidade e SBN. Rosélia, para ter ideia Belo Horizonte está fazendo um projeto de expansão da sua malha de BRT um eixo importante Metropolitano e a gente só conseguiu novamente financiamento para o projeto na hora que a gente colocou itens de sustentabilidade, então a gente está fazendo um BRT com componentes de drenagem sustentável, de eficiência energética, aumento de arborização, os BRT's que temos aqui suprimiram vegetação nos corredores, agora a exigência de que a gente fizesse o contrato para receber o financiamento, acho que é uma grande oportunidade essa fala sua Gabriel, é uma fala de oportunidade né, é o pé na porta também. Porque eu preciso colocar isso? Porque senão não tenho dinheiro, acho que foi perfeita a sua colocação.

Gabriel Neves: Mexendo no bolso resolve muitos problemas, muito porém de algumas Secretarias, mas passando para a parte de Metropolitana ou de bacias aí a gente também está (som ininteligível) Metropolitana, BH tem também uma experiência muito rica nesse sentido, a gente também tem o programa Reconecta RMC - Região Metropolitana de Campinas, que tenta prever esse planejamento territorial através da coletividade de maneira Metropolitana e a nossa bacia PCJ – Piracicaba, Capivari Jundiaí, acho que é uma das mais tradicionais pelo menos dentro do Estado de São Paulo, tem muita estrutura, tem recursos, mas a gente tem um embate lá dentro, o

consórcio que é poder público junto com (som ininteligível) privado e a sociedade civil tem dinheiro, mas até um alguns minutos atrás, vamos se dizer assim, tinha uma visão só Civil, era cinza, era barramento, era estação de tratamento apenas, não era recuperação pensando em bacias. Já o comitê que traz a representatividade dos municípios e dos incidentes, parte dele já tem uma noção melhor de que você conservar, recuperar também traz benefícios. A gente está trabalhando entre esses dois, tentando influenciar quem tem dinheiro que é o consórcio, para que mude essa chavinha de que só dá para resolver questões através de engenharia cinza, é lógico que não é de dia para o outro, se a gente não consegue, eu e o Isaac estávamos falando aqui, que no município já é difícil, imagina quando se trata de vários municípios. Mas aos poucos eles também estão percebendo que para conseguir o sucesso, cumprir as metas que estão estabelecidas nos planos Regionais, tanto metropolitano quanto de bacias tem que associar a cinza com o verde e azul e aí a gente tem que ter esses documentos, essas informações na mão para quando a gente convencer eles que precisa eles vão vir aqui, então beleza me dá o projeto que eu quero para ontem e isso é o principal ponto, a gente tem que ter capacidade e banco de projetos para já ter a solução, infelizmente é assim porque se eles pediram e a gente não tiver, a engenharia cinza já vai ter e eles vão passar na frente, eu dei a oportunidade para vocês, e vocês não tinham, então infelizmente a gente tem que estar assim a frente, sempre pensando lá na frente e se associar aos municípios, a gente fala que o Meio Ambiente não pensa nessas dívidas administrativas principalmente em regiões metropolitanas. Então se a gente não se cooperar entre municípios a gente não vai a lugar nenhum.

Isaac Medeiros: Esse contexto que o Gabriel está colocando, a gente já teve que fazer várias revisões aqui em Belo Horizonte de projetos que eram fundamentalmente engenharia cinza, a gente teve projetos grandes de piscinões e grandes bacias de detenção que a gente teve dificuldade no financiamento porque só contemplava esse aspecto, nós tivemos que remodelar todo o projeto para poder buscar o dinheiro, felizmente, porque nos deu a oportunidade de fazer revisões desses, muitas bacias de detenções estão sendo repensadas, estão sendo re-projetadas, algumas até descartadas de alguns contextos para que a gente pudesse ter acesso a oportunidade de fazer o projeto e fazer um projeto mais qualificado com SBN, com infraestrutura Verde, infraestrutura complementar.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Gabriel, obrigada Isaac. A gente está chegando agora ao meio-dia e temos agora, mas seis pessoas para falar então eu peço assim que seja um pouquinho mais breve porque nós temos ainda a apresentação que do Fábio, nosso diretor aqui do CFA. Então agora eu passo a palavra para a Cira e logo depois para a Estela, por gentileza.

Cira Malta: Só nessa linha, eu acho interessante falar um pouco do que a cidade vem fazendo, a gente teve no orçamento cidadão uma (som ininteligível) que era implantação de (som ininteligível). Boa tarde a todos, a gente ontem inclusive teve lançamento do plano de agroecologia e desenvolvimento Rural que é uma parte do que a gente considera SBN que tem muita interface com nossa Secretaria do Verde, acho que é importante falar isso porque está integrado com o PLANCLIMA, está integrado com SAPAVEL - Sistema de Áreas protegidas áreas verdes e áreas livres e a gente vem lá em CPA, dialogando muito sobre metodologias que integram que SBN, inclusive nós somos parceiros do consórcio do conexos que envolve várias cidades e na próxima reunião a gente vai apresentar algo sobre isso esse compartilhamento de conhecimento

de cidades europeias e latino-americanas em relação a implementação de infraestrutura verde e que passa muito pelos arranjos institucionais, passa muito pelos arranjos da sociedade civil e muito pelos arranjos da academia porque também a gente tem esse elemento da participação. A cidade de São Paulo é um grande laboratório, acho que tudo que acontece em tudo quanto é cidade também aconteceu por aqui num tempo muito passado ou num tempo mais recente, a disputa com relação a infraestrutura cinza é pelo acúmulo e pela, como é que eu vou dizer, no arranjo institucional econômico entre estrutura cinza é tocada pelas grandes empresas e elas são bem consolidadas e isso dificulta muito o desenvolvimento de empresas e de setores que trabalham com esta outra tecnologia, existe uma questão de preparação de mão de obra e de cérebros para pensar isso e passa pelas diferentes escalas, a gente está se deparando com isso aqui na cidade de São Paulo que a gente tem quem implementa infraestrutura Verde, muitas vezes é a Subprefeitura ou SIURB e no entanto, no PLANPAVEL é a Secretaria do Verde que está responsável por desenvolver termo de referência, por exemplo, então a gente tem um “pilotinho” que a gente pela provocação de um cidadão que insistiu em que se colocasse no orçamento cidadão a implementação de infraestrutura verde e a Secretaria do Verde faz o monitoramento disso, então nós estamos trabalhando em como que a gente monitora todo essa dinâmica de implantação de infraestrutura verde na cidade de São Paulo, Considerando o guia do IPT e outros estudos territoriais. Então só queria complementar para que a gente tivesse aqui no Conselho e os conselheiros e as demais Secretarias como é importante a gente dialogar muito para construir processos e procedimentos que garantam a governança por parte da sociedade civil. Então nesse piloto a gente tem trabalhado com os CADES regionais, a Liliane acompanha um pouco isso, a Rute, com as Universidades do território onde isso acontece e a gente percebe que a gente precisa observar para além do território da Subprefeitura que às vezes tem mais de uma micro bacia, enfim, então nós estamos nesse processo, eu só queria compartilhar isso, a gente vai conversar mais sobre isso na próxima reunião.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Sim. A reunião que a Dona Rosélia solicitou para a gente estou para gente vai ter uma outra apresentação. Eu te agradeço pela sua complementação, seja sempre bem-vinda aqui conosco. Passo agora a palavra para a Estela, ela é nossa Conselheira aqui da parte da arquitetura.

Estela Macedo Alves – IAB: Oi gente tudo bom? Então eu já tinha falado em outra reunião acho, mas nós estamos organizando um GT sobre clima para voltar do para arquitetos para que isso depois vire um curso e por que que eu lembrei de falar disso, porque tudo isso que vocês estão falando de inserir na institucionalidade depende muito dos técnicos porque nada se constrói ou se faz sem engenheiros ou arquitetos aqui no Brasil, sempre tem que ter o responsável técnico e o responsável técnico estando ciente disso, estando incorporado na sua atuação através do CAU, IAB do CREA e mesmo dos cursos de arquitetura, curso de extensão, acredito que já é um grande passo para a gente inserir as questões climáticas e ambientais nos projetos, tanto individuais dentro do lote quando na cidade, então assim, a gente está conversando sobre isso, já tem umas quatro pessoas inseridas no GT, se alguém aqui tiver ideias também de como isso pode ser aplicado, ser mais uma coisa institucionalizada dentro das profissões de arquitetura e engenharia também depois se quiser entrar em contato a gente pode conversar no GT e construir isso juntos. Era nesse sentido.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Estela. Então não tem nenhuma pergunta nem para o Gabriel e nem para o professor Isaac né.

Estela Macedo Alves – IAB: Não, é só um complemento.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Então fica o meu convite para você fazer essa apresentação em janeiro porque em dezembro já estamos com bastante pautas, lotadas já. Então eu te convido para fazer essa apresentação em janeiro para você explicar melhor aos nossos Conselheiros e conselheiras aqui do CADES. Passo agora a palavra para a Janaína, por favor.

Janaina Soares Santos Decarli – SMT: Olá boa tarde. Estamos aí iniciando já a tarde, eu vou procurar ser breve, bom eu na verdade eu gostaria de agradecer pela apresentação e o quanto o tema SBN, deixar compartilhado com vocês, deixar registrado aqui que nós aqui da SETRAN e SPTrans também estamos buscando alinhar, nos alinharem na verdade, com o tema né. E aí nesse sentido perceber o envolvimento do CADES com o assunto me deixa muito satisfeita, não só como técnica da área de planejamento ambiental e Conselheiro do CADES, mas também como cidadã da cidade. Nós sabendo que para o avanço desse tema da implementação de SBN nas suas melhores práticas para a cidade é muito importante o arranjo institucional como disse a Rosélia, o desafio é grande, mas na verdade para não me prolongar muito eu gostaria mesmo de dizer que nessa oportunidade que a SPTrans ela está desenvolvendo um pacote de projetos para atender o plano de metas o período 21/24 que envolvem instalar novas infraestruturas de transporte na cidade, terminais e corredores e nesse sentido a gente vem buscando inserir em nossas diretrizes de desenvolvimento de projetos, medidas que incentivem a busca por construções sustentáveis, menos impactantes e que possam agregar variantes ambientais no processo de construção inclusive né, e com isso a elaboração de todos os projetos, a contratação dos projetos dos editais de contratação, temos (som ininteligível) de referência já vem citando que deve ser desenvolvido na intenção de enquadrar o projeto dentro de critérios e premissas necessárias para caracteriza-los como um empreendimento sustentável, a gente pretende eliminar a infraestrutura cinza dos novos equipamentos de transportes e pretendemos assegurar o sistema de transporte e elevação do seu padrão de qualidade, de modo que o usuário, o munícipe, quando esteja no terminal, quando ele esteja no corredor, esse corredor possa ser verde, o terminal possa ter algumas outras condições de bem-estar, a partir da forma de adotar medidas que possam alinhar isso na qualidade ambiental das infraestruturas e a gente está pedindo SBN, desenvolvimento do padrão a partir da SBN e todos eles, buscando até subsídio. E com isso, dado o tema que foi colocado aqui, eu gostaria de deixar meu canal aberto, aqui nós do SETRANS, SPTrans porque esse nosso desafio é grande, nós devemos instalar nos próximos anos segundo o PDM, um relevante o número de novas infraestruturas e a nossa proposta é que sejam infraestruturas verdes, deixo o canal aí registrado, para quem quiser procurar por nós, por favor, fique à vontade.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Janaína. Então é mais uma complementação e não pergunta para o Isaac e o professor Gabriel?

Janaina Soares Santos Decarli – SMT: Não, é mais uma complementação.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Legal, obrigada pela sua complementação. Passamos agora a palavra para o nosso Conselheiro José Ramos, por favor.

José Ramos de Carvalho – Macrorregião Norte 2: Olá bom dia. Bom dia Juliana Alencar, Isaac, gostei muito do Isaac por que a gente vive um pouco lá em Minas, Ponte Nova, Viçosa então tem umas boas questões de Brumadinho, de amigos, Gabriel sem dúvida nenhuma e todos os temas que vocês colocaram vem de certa maneira a concretizar a luta que nós estamos fazendo aqui no CADES Regional de Vila Maria e vou mexer um pouco com você Isaac, sabe que eu gosto muito do tempo que você usou “botar o pé na porta” que não seja aquela porta que todo mundo vai para ministério público, que seja a porta da academia, do entendimento normal. Quando você chegar aqui em São Paulo Isaac, vindo de carro, você vai encontrar o Vale do Rio Cabuçu é exatamente o início da Fernão Dias e aqui nós dividimos os dois municípios São Paulo com Guarulhos, e nesse meio nós temos o Rio Cabuçu de cima já tão famoso aqui no CADES Municipal, eu gostei muito da fala da Juliana, quando ela fala da questão de engenharia cinza, para você ter uma ideia Isaac, Gabriel nós gastamos com energia cinza nos últimos 15 anos e o mais recente agora foi o piscinão que foi 150 milhões de reais somada a canalização do próprio Rio que foi outros 500 milhões de reais hoje atualizado, então nós temos um custo aí para o setor público de 650 milhões de reais e vocês não vão acreditar para esses 650 milhões de reais ele só depende de um vertedouro na curva do Rio, então quando não tem um vertedouro que foi extinto, agora vem uma história de ocupação, e aí sedimentar o trabalho de vocês que nos remete aqui também o nosso plano diretor, o bom caminho que vocês tiveram, vocês terminaram os planos diretores de 2018/19 e nós tivemos a pandemia e o plano diretor nosso ficou meio seccionado dentro do que a pandemia nos permitia. Então olha só o quanto é importante a participação da Ciara trazer essa história porque a gente já tinha discutido inclusive a instalação de um parque de inundação para substituir esse vertedouro e que está lá no meio agora e olha que interessante não é ocupação de famílias, é ocupação Empresarial sim, olha só que interessante todo que você demonstrou em áreas de Várzea, isso totalmente algumas áreas de Várzea nossa de Fundo de Vale quando você arremete assim olha isso que você deseja fazer como engenharia é ilegal, não a pessoa vem, faz uma terraplanagem que você não acredita, 5 mil caminhões foram terraplanados nessa área nossa, então a gente tem 650 milhões de reais gasto e o que eu achei interessante também nessa fala, aí vai para o Gabriel, dos Parques Lineares, Gabriel a gente desenhou também um Parque Linear, e tem essa concepção do Parque Linear na borda da Fernão Dias justamente porque como o houve agora essa invasão Empresarial elevando o solo, então praticamente Gabriel nesse seu falar de botar o pé na porta, tá jogando 500 mil pessoas para baixo da água, porque como eu elevei o solo de fundo de Várzea com altura praticamente de 10 metros de altura, o Rio se tornou canalizado, antes ele era o que, ele tinha uma borda de Várzea verde com fundo de Vale que quando as águas do rio que são oriundas aí da sua Serra da Cantareira e a sua Mantiqueira vindo de Minas Gerais, então todo esse volume de água descia por esse canal de engenharia e quando chegava nessa curva da Dutra e Fernão Dias que no período das obras não pôde ser realizado inclusões por que poderia comprometer as pontes, foi feito o que, uma CBN, que era uma ação de um vertedouro, que controlava o estacionamento das águas e à medida que as águas iam se acalmando, passaria, ia embora e nos protegeu durante 15 anos, agora nós estamos no momento ou de precaução ou preservação, mas especialmente no momento que nos aterroriza que é justamente de ter um momento de curativo no mês de fevereiro

após as chuvas de janeiro, então toda a fala que vocês produziram foi extremamente importante e que também nos dá a confiança que nós aqui no CADES Regional de Vila Maria, embora as Atas não são lidas, elas só vão para o Diário Oficial, e não reproduzem entre as Secretarias, que isso é um outro problema de comunicação que nós temos e assim também como fiscalização efetiva, quando o Gabriel cita a parte do estado que é esses comitês e subcomitês, eles também transpassam por essas informações que a gente passa né, e inclusive a gente comentou na parte do Estado a necessidade da instalação do EIA/RIMA para esta grande obra, que a gente discutiu, inclusive, na própria Secretaria do Verde e o que todos nós não entendemos, como é que uma fiscalização de 5 mil caminhões jogando terra sobre área de Várzea e o resultado, e a gente não tem uma fiscalização efetiva, que foi a parte que eu observei no tema de vocês, eu não sei, vocês podem até corrigir, essa fiscalização do que é um canteiro de obra, qual a intervenção desse canteiro, espera aí, aí não, vocês não podem mexer. Então essas dificuldades, por isso que eu achei interessante quando você fala assim põe o “pé na porta” tanto do plano diretor e aí sim nós tivemos dificuldades por questão da pandemia, mas também dizer para o cidadão, seja ele empresário ou aquele que vai buscar sua residência e ocupa a área, opa, espera aí, aí você não pode fazer esse tipo de coisa que aí vai nos sucatear, e aí eu estou usando a palavra sucateamento para não chegar no Ministério Público de 650 milhões de reais é quase mais de meio bilhão de reais que está aqui a beira do sucateamento mesmo né. Então todas essas palavras de vocês só enriqueceram cada vez mais, aí vai o nosso grande agradecimento para a Ciara em trazer esse tema e de que a gente possa, diante do que vocês colocaram aqui, é de fato o nosso plano diretor que está aí na discussão agora, tanto é que a gente colocou a instalação de Parques de Inundação. Então super agradecido, mas coloco para vocês, qual é esse momento que vocês sentirem em termos de fiscalização e que esse processo urbano de urbanização teria que ser feito, qual foi esse estaque que falou não é as chuvas estão chegando em Belo Horizonte estão jogando para baixo da água e a gente está nesse negócio de engenharia cinza e tem nos prejudicados. Obrigado super agradeço, a gente vai sempre fazer contatos no futuro e se quiser visitar a região do Cabuçu só para vocês entenderem, a gente não respira ar contaminado, eu já estou ensacando eles, a gente já ensaca, numa última agora recente visita do Professor Ricardo Galvão, eu entreguei para ele, poluição ensacada, nós já temos essa condição de distribuir e exportar para as pessoas, poluição ensacada aqui. Olha só, eu estou mexendo muito com o Isaac, só para você ter ideia Isaac, eu tenho uma aviação de Cumbica com 500 voos, despejando monóxido de carbono na gente, nós temos uma Rodovia Fernão Dias que é no mesmo eixo, nesse nosso Triângulo das Bermudas com quase 40 mil caminhões por dia, temos a rodovia Dutra com quase 60 mil veículos/hora num espaço, Isaac, de 23 km quadrados e Fundo de Várzea, só para você ter ideia da gravidade que nós vivemos aqui. Nossas UBS, só para completar a parte de saúde, no período de inverno nós tivemos aqui, para vocês terem uma ideia o quanto é importante a questão do jardim de chuva que está sendo um trabalho maravilhoso do Município de São Paulo, a umidade relativa do ar, nos atingimos no dia 17 de setembro, 23% de umidade relativa do ar, no deserto de Saara, Isaac, que está a 8.000 km a média dele é entre 10 e 20%, nós estamos a 3% do deserto Saara. Parabéns, por favor, a gente vai divulgar mais e agradecemos imensamente a Ciara pela oportunidade.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Sr. José Ramos. Sr. Isaac quer complementar referente a parte da fiscalização que o Sr. José Ramos disse ou eu posso passar para a Vivian?

Isaac Medeiros: Eu vou fazer só uma fala, ele trouxe várias reflexões, sobre vários pontos importantes, eu queria tocar só num ponto que ele traz e assim ele bateu muito na tecla do termo que eu utilizei aqui né, o Gabriel também, o “pé na porta” é que a gente tem que se conscientizar o seguinte, os estudos indicam que nós somos a última geração que pode talvez de fato ter uma intervenção decisiva nas mudanças climáticas, se a gente não fizer o nosso papel os nossos filhos, nossos netos, vão ter que rebolar para lidar com as consequências de maneira muito severa, muito mais severa do que os estudos hoje em dia, então essa coisa do pé na porta é um pouco da questão da urgência, a gente precisa impor certas coisas para que a mudança de paradigma aconteça, em termos acadêmicos está mais do que provado e todo mundo aqui sabe que a insistência na infraestrutura cinza é que traz esse caos do ponto de vista de drenagem Urbana para cidade de São Paulo, para cidade de Belo Horizonte, para todas as outras brasileiras e do mundo que tem clima tropical e que frequentemente lidam com chuva e que tem grandes áreas urbanizadas, então assim, eu acho que essa é a visão de que a gente precisa ter momentos de ruptura, o pé na porta é isso, é o momento de fazer a ruptura de maneira mais brusca do ponto de vista legal, obviamente, a gente não quer problema jurídico e por isso que eu falei que é o pé na porta democrático, é que ele está materializada na forma da Lei construída coletivamente. Uma outra coisa que foi importante, aí eu encerro minha fala, nesse sentido dessa fala do pé na porta é que aí eu retomo aquela pergunta da questão da transversalidade dentro do poder público, a gente não consegue fazer o pé na porta com os nossos colegas a gente tem que dialogar, convencer e sensibilizar não é, e aí o que que é importante aqui, é a gente tentar demonstrar cada vez mais aquilo que a academia já nos mostra de que esses investimentos em piscinão que ele falou aí da ordem de 600 milhões, Belo Horizonte está com um planejamento de gastar 500 milhões de reais para fazer alguns investimentos dessa natureza. São investimentos pontuais em bacias críticas, onde todo verão morrem pessoas, tivemos uma morte de uma família, uma mãe com filho dentro de um carro numa estação de transporte coletivo em uma bacia muito crítica em Belo Horizonte, a primeira aposta, primeira solução que foi dada de projeto de engenharia foi a transferência da vazão a jusante para criação de um piscinão lá embaixo, essa proposta não passou, ela não passou porque o nosso plano diretor já estava ancorado em outros princípios e o órgão financiador não deu dinheiro para isso, a repercussão na sociedade civil foi péssima. Então a gente tem que entender que junto com pé na porta a gente tem que trazer a sociedade civil para essa pauta, que é o que está sendo feito nesse conselho, a gente tem que trazer nossos colegas que tem o dinheiro na mão para executar essas obras que são comodamente executadas, por que é isso, tem grandes empresas montadas já sabendo fazer a obra de infraestrutura cinza, a gente suou para contratar essa empresa para fazer 60 jardins de chuva para gente, poucas empresas em Belo Horizonte tem capacidade de fazer, uma coisa que é simples, o Jardim de chuva é uma técnica simples não é, mas eu acho que passado essa coisa da ruptura, a gente tem muito trabalho para construir um cenário no qual a gente questione os piscinões sim, precisamos questioná-los sim o tempo todo, revisá-lo sim. Hoje os nossos estudos, graça isso tudo que eu apresentei, a gente está podendo meter o dedo nos projetos e falar assim olha esse estudo de alternativas aqui não está bom, porque ele não contempla um estudo que tratasse a causa e não apenas a consequência e essa é a lição técnica acadêmica que a gente tem com as infraestrutura cinzas, por isso que elas são boas e usadas pelo poder público, elas dão resultados de curto prazo sim, elas fazem com que por um tempo as pessoas deixem de morrer e ter água dentro de seus domicílios sim, mas isso não gera a sustentabilidade porque elas são políticas de curto prazo. Então na hora que a gente

está revendo os estudos de alternativa para tratar a causa junto com a consequência é que a gente está abrindo a oportunidade para discutir SBN e trazer esses benefícios para a gente parar inclusive um dia de ensacar ar poluído, de ensacar contaminante, porque um jardim de chuva trata a drenagem Urbana, mas ele trata a qualidade do ar junto. Então eu acho que esse é o caminho e a reflexão que queria fazer em cima da importante fala que foi feita aqui agora pouco.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Professor Isaac, pela sua explanação. Passo agora a palavra para a Vivian, por favor.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Bom dia a todos. Muito obrigada pela oportunidade, queria parabenizar bastante o tema de hoje porque é muito afeto aqui ao o nosso trabalho. Então olha eu gostaria rapidamente de contextualizar que é a minha fala corroborando no seguinte sentido, de que nós temos dos 39 municípios da região metropolitana 54% inseridos nas áreas de proteção dos Mananciais. São Paulo especialmente 36% do seu território com aproximadamente 547 km quadrados essa água é para captação, a água que drena nessas bacias né de São Paulo que são várias, Cantareira, Engordador, Billings , Guarapiranga, Capivari monos, drenam para o abastecimento público e apesar da excelente explanação sempre vejo que essa informação é omitida, o que me deixa muito triste porque a água além de ser uma oportunidade, a água é vida, nós precisamos enfatizar isso que seja agora no novo plano diretor, seja em nossas ações, nós precisamos trazer esse elemento, e assim, essa legislação existe, o pé na porta existe aqui em São Paulo na região metropolitana desde 1976 e assim, vários e vários entes, colegas ignoram esse tratado. Então eu queria saber como é que a gente vai concretizar, porque eu até participei um pouco da, teve lá atrás ações municipais para proteção das Águas em 2014, então assim, sempre a gente está correndo atrás do prejuízo né, esse projeto é muito bacana, me sensibiliza demais, mas eu gostaria de saber por trabalhar com Mananciais há tantos anos e a gente vê muitas vezes a aplicabilidade é no papel e de fato concretamente ela pode até dar no primeiro momento para o licenciamento e depois ela não acontece mais, como é que a prefeitura de São Paulo como vocês em Campinas, de talvez até Belo Horizonte pretende instrumentalizar e concretizar essas ações dentro do lote unifamiliar com parâmetros urbanísticos como foi falado aqui, que são regradados, assim como as a PMs todas elas, todas as legislações, as leis específicas possuem seus parâmetros como que vocês pretendem instrumentalizar. São Paulo a gente sabe até a certidão de uso do solo é difícil você tirar, como é que agente faz para instrumentalizar e concretizar essas ações da SBN? Essa seria a minha pergunta. Institucionalmente eu sei que é muito mais fácil. Porque quando você tem um grande projeto você pode exigir em contrapartida, mas no nosso contexto de grandes áreas que você trabalha com esses instrumentos não basta definir, o problema do pé na porta a gente sabe que acaba acontecendo, mas a inaplicabilidade é muito maior. Eu quis falar bem rápido, pulei um monte de coisa, eu tinha até feito uma (som ininteligível), mas é por conta do horário, me desculpe.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Vivian você pode encaminhar por e-mail que a Ciara passa para o Gabriel e para professor Isaac poder te responder.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Pode ser sim, já anotei aqui os contatos, a gente vai manter contato sim e coloco aqui o nosso trabalho à disposição também é

muito interessante essa nossa parceria que ela venha acontecer sem dúvida nenhuma principalmente da importância de se trabalhar metropolitana mente.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Professor Gabriel, o Sr. É de Campinas, como a Vivian falou que é a parte do Estado de São Paulo, o Sr. Gostaria de fazer uma complementação.

Gabriel Neves: A gente precisa marcar uma reunião para discutir isso né, não é uma coisa assim, Campinas, a alteração da legislação Municipal de parcelamento do solo eu posso dizer quem vingou para esse caso Parques Lineares, então a gente já está passando, não há mais embates com o setor privado na implantação desses Parques Linhares incidentes, a gente arrumou a legislação e ficou bom para todo mundo, então é possível, mas assim quanto mais a escala for menor né, escala de lote, fica cada vez mais difícil porque você tem que, além de alterar a legislação, você tem que garantir que alguém vá fiscalizar para ver se realmente acontece. A gente tem um problema gravíssimo que é assim, você garante a permeabilidade do solo de 20, 30% dependendo da região, mas depois nunca mais você vai saber se a pessoa no lote colocou um piso ou não, então isso é complicado mas assim, eu já vou ter que migrar para uma reunião que começou faz um minuto, por isso que eu falei a gente pode marcar outro dia para discutir porque é complicado, tem exemplos em algumas cidades, não só no Brasil, por exemplo, (som ininteligível) tem exemplos interessantíssimos e outras a gente pode até chamar, me contataram aqui via ICLEI, então ICLEI é uma ponte de que é possível a gente puxar essas discussões, exemplos de experiências de outros municípios por que não é uma solução fácil e única, é lado a lado, mas assim, no parcelamento do solo eu consigo te dizer que para Parques Lineares e incidentes nos planejados nossos, isso está dando certo, até quando a gente pode conversar mais para frente, mas eu não consegui ainda mexer no canteiro central das vias dos novos loteamentos, é um próximo embate que eu vou ter com o urbanismo, com a infraestrutura, então assim, é o passo a passo, mas tem que ser viável, discutir com eles para que eles aceitem e não, eles quando eu falo outros setores da própria prefeitura, para que eles aceitem, entendam e continuem garantindo isso porque senão eles passam por cima e a gente como secretaria, com pouco fomento a gente não vai conseguir fiscalizar, tem que ser responsabilidade de quem já é responsável por isso. Peço desculpa porque eu preciso pular para outra reunião.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Professor Gabriel. Se houver algum questionamento da sua parte de Campinas, a gente encaminha e-mail para a Ciara, e a Ciara responde.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Valeu Gabriel. MUITÍSSIMO obrigado pela participação e pela colaboração. Um abraço.

Jaciara Schaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Liliane, eu vou falar só um minutinho e a gente encerra o assunto.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Não, mas tem a Giovana, a última fala...

Giovana Barbosa de Souza – UMAPAZ/SVMA: Eu vou falar muito rápido. Gente eu quero agradecer o tema dessa reunião, a condução da reunião que eu achei muito boa,

acho que eu fiquei extremamente tocada por todos esses exemplos muito bons desse compromisso de honrar a busca de soluções ancoradas na natureza e eu falo da UMAPAZ, então eu queria só compartilhar uma coisa com vocês para fechar, não é pergunta para ninguém, mas eu acho que a gente falou muito aqui e foi um momento muito rico de questões amplas e profundas ligadas ao município e as nossas relações no município. Essa questão da gestão integrada, então queria contar para vocês que a cidade de São Paulo, na Secretaria do Verde, por meio da coordenação da UMAPAZ, a UMAPAZ é uma Coordenação de Educação Ambiental e uma Universidade de Educação Ambiental, Universidade aberta que dissemina educação ambiental para os municípios, a gente está no caminho, estamos começando a fazer e já estamos fazendo a um ano, mas devemos entregar em 2024 um plano Municipal de Educação Ambiental com essa função de ouvir tanto os nossos colegas da gestão pública, das outras secretarias, Já temos um GTI para isso, mas também das Universidades, da população, ou seja, levar um plano Municipal de Educação Ambiental decenal, mas com essa visão e com engajamento da população para que a gente possa ter um compromisso maior com as questões de sustentabilidade e educação ambiental e principalmente com as questões das mudanças do clima. Muito obrigada, era só isso que eu queria compartilhar.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Giovana pela sua explanação conosco aqui. Passo agora a palavra para nossa Ciara, por favor.

Jaciara Schaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Então, respondendo a Vivian, eu acho que nós temos uma possibilidade de solução, eu fiquei, bem rápido mesmo, vou falar em 30 segundos, eu morei 10 anos nos Estados Unidos e atuava nessa área de sustentabilidade e o que faziam com que as pessoas aderisse a questão da educação ambiental e restauro da sua própria casa nas soluções baseadas na natureza é justamente comitente mente com o IPTU Verde, porque você elimina o “gasto”, quando você coloca placas solares, telhado Verde, canteiro de chuva, você apresenta isso na própria Subprefeitura, a Subprefeitura válida ou não, porque tem toda essa coisa de quanto você investiu e nisso você tira um percentual do qual a Liliane e o Carlos Eduardo sabem a minha tamanha indagação sobre o questionamento do IPTU Verde. Então essa é a forma, porque quando a gente coloca a mão no bolso e ver que eu tenho um desconto porque eu estou trabalhando de uma solução sustentável na minha própria casa e ajudando a reter minha própria água dentro do meu território, eu estou ajudando toda cidade, então é um vai ajudar o outro. Então essa é a forma que dentro dos Estados Unidos se teve um ganho muito grande nas Soluções baseadas na natureza. E a última fala também, isso é a resposta para a fala da Viviane, eu proponho aqui no dia de hoje para a gente ter uma câmara técnica dentro do CADES sobre soluções baseadas na natureza, então é a Meire faz um trabalho magnífico na UMAPAZ, eu estou tentando ser um jardineiro de semear educação ambiental, então por isso que eu vou fazer uma egrégora chamando um , chamando outro, então eu tenho essa facilidade de congregar pessoas e dentro de um trabalho que é de soluções baseadas na natureza como a gente pode gastar menos e ter uma cidade mais bonita, uma qualidade de vida para as pessoas. Então aqui eu faço o convite de novo, acho que o Secretário Carlos Eduardo está cansado de mim, porque estou sempre não tendo um fim, está sempre tendo um rumo novo, então eu faço aqui uma solicitação para que a gente possa aqui dentro, com todos esses técnicos maravilhosos e conselheiros que a gente faça uma câmara técnica de soluções baseadas na natureza para que a sociedade civil tanto na educação

ambiental quantos os conselheiros e o departamento da municipalidade possa aqui estar integrado nesse novo início. Obrigada.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Ciara, obrigada pela sua indicação e vamos sim conversar, nós duas conversamos depois a gente passa para o Carlos, o que a gente vai decidir, se a gente faz um GT de trabalho, ou se a gente complementa essa câmara técnica como você fez essa indicação, vamos sim empurrar isso para frente, eu estou junto com você, sabe disso, como todos os Conselheiros, o que vocês tiverem de opinião, estamos juntos sim. Depois você me passa pelo Whats e a gente vai conversar sobre isso sim.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Ciara, é o que a gente falou, a gente está sempre aberta, sempre disposto a trabalhar junto para melhorar processos, para criar novas soluções, para provocar os outros entes, as nossas secretarias coirmãs para melhoras do meio ambiente São Paulo. A Giovana estava falando sobre a UMAPAZ e alguma coisa que me chama sempre atenção esse daí não é um plano já é alguma coisa em andamento, a UMAPAZ está se espalhando pela cidade, a gente tem lá nossa sede lá no Ibirapuera, mas já é um projeto em curso tá, de diversos centros da UMAPAZ nos rincões da nossa cidade, então isso daí reforça, óbvio que a gente não tem gente suficiente para colocar serventários em pequenas UMAPAZ na cidade toda, então tem todo um trabalho junto com organizações sociais para trabalhar em nome da UMAPAZ, em conjunto com a UMAPAZ para cada vez mais fomentar educação ambiental. É o que eu bato na tecla, não adianta a gente falar que, se a gente não educar a população, isso aí em relação a tudo, a gente fala de esgoto, a gente fala de má utilização, isso aí é o tempo todo, invasões, cortes, fiscalização. Verde poderia ser a Secretaria com mais funcionários da Subprefeitura e a gente sabe que não é isso que acontece, mas mesmo que nós tivéssemos mais funcionários do que a Secretaria de educação ou Secretaria Municipal de outras secretarias municipais não é, como Subprefeituras SMSUB, a gente não conseguiria trabalhar divulgando e educando a população. Eu sou um ferrenho nessa minha visão, meio ambiente é educação, ou seja, a gente tem que difundir educação, difundir nas escolas, difundir a todo tempo e nesse sentido que a gente tem os CADES Regionais e é muito importante a participação de todos e a difusão desses conhecimentos. E por isso também que eu tenho essa coisa com a UMAPAZ, é nossa ponta de lança para difundir educação ambiental aos nossos munícipes, só assim a gente consegue mudar alguma coisa, óbvio, sem esquecer da SIMA, ou seja, nossos Rios não começam e termina em São Paulo, as questões climáticas não começam e terminam na nossa cidade, ou seja, a nossa relação próxima com o estado, com a SIMA, com todos envolvidos numa solução e obviamente a sociedade civil. Obrigado Ciara pelo desenvolvimento dessas apresentações, a participação de todos os nossos queridos apresentadores, a Giovana também pela participação, E se nós não temos mais quem falar, já também 20 minutinhos para uma hora, Liliane, vamos para último tópico.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Vamos sim Secretário. Quero agradecer também ao Professor Gabriel, Professor Isaac, fique à vontade caso queira ficar aqui conosco ou também fica à vontade se caso você tiver outra coisa para estar fazendo em Belo Horizonte também fique à vontade, se caso queira sair daqui. Quero agradecer também a Ciara por trazer vocês aqui para o CADES, sejam sempre bem-vindos aqui.

Isaac Medeiros: Liliane, vou pedir licença agradecendo a oportunidade, gente muito obrigado pelo convite a gente está sempre à disposição, especialmente nesse espaço, um conselho de política pública, a gente gosta demais de estar trabalhando todos os assuntos da política pública nesses espaços, esperamos estar à disposição para outros momentos se nos julgarem úteis, especialmente se estiver acompanhado de um cafezinho e um pão de queijo, a gente gosta mais ainda, mas como o formato digital não permite, estamos dispostos a qualquer formato, qualquer contribuição, as trocas nos fortalecem. Obrigado, uma boa tarde e um bom trabalho.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Isaac as portas estão abertas agradecemos muito, eu acho que esse contato, essa troca de experiências entre São Paulo e BH é fundamental, então vamos fomentar cada vez mais essa irmandade, essa troca de informações, essa troca de experiência porque certamente todos nós temos muito a ganhar, o pão de queijo fica por você porque o de Minas é melhor né, o café a gente garante aqui. Minha sala está aberta, meu telefone está a sua disposição, então sempre que precisar fique à vontade. Muito obrigado pela colaboração, pela delicadeza de nos educar um pouquinho mais no dia de hoje, grande abraço Isaac.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Passando agora para o quarto ponto de expediente; Apresentação dos procedimentos fiscalizatórios da região do Rio Cabuçu, por solicitação do Conselheiro José Ramos de Carvalho e pelo Sr. diretor Fábio Traldi de Lima da página fiscalização ambiental. Antes de darmos início a apresentação, gostaria de informar que esta demanda foi levantada e questionada inúmeras vezes pelo nosso Conselheiro José Ramos ao longo das reuniões dos CADES, a qual sempre expôs as diversas ocorrências ambientais nas mediações do Rio Cabuçu, sendo assim, a abertura do processo de fiscalização ambiental aqui na Secretaria do Verde com o nosso diretor e com a competência da nossa secretaria do CFA que é o William, coordenador, fez, propôs e foi atrás das soluções e hoje estamos aqui com nosso diretor Fábio para fazer as explicações, explanações sobre os procedimentos solicitados pelo nosso Conselheiro José Ramos. Então passa a palavra ao nosso diretor Fábio do CFA. Seja bem-vindo aqui, o Fábio está conosco aqui na nossa sala.

Fábio Traldi de Lima – CFA/SVMA: Boa tarde a todos. Primeiramente quero agradecer a importância de fazer esse apontamento. Nós já tínhamos ido nesse local, a nossa equipe já tinha ido no local numa outra oportunidade e tornamos agora com um dos Conselheiros que fez a convocação dessa diligência. Então é assim, chegamos no local com a nossa equipe, elaboramos os laudos, acompanhamos toda a área, é a área da CLD Empreendimentos Imobiliários, é um condomínio Logístico que está localizada na Rua Cabo Norberto Enrique Weber 222, Parque Novo Mundo. Ela tem uma área de duzentos e trinta e dois mil metros quadrados, é uma área de alto impacto ambiental e andamos por todo o terreno, tem uma grande movimentação de terra, a gente fez o laudo de inspeção, lavramos o laudo de inspeção, verificamos que lá no local hoje tem a construção de dois galpões, no momento por ser uma área conceituada como contaminada pelas nossas pesquisas aqui dentro da Secretaria e tinha algumas incidências de intervenção na APP pelo Córrego do Cabuçu. Diante desses acontecimentos no momento da vistoria tratamos com dois Engenheiros, João Vitor, da empresa, e o Sr. Edson Rodrigues, que participaram da vistoria e solicitamos as documentações in loco e para entrega na Secretaria por sistema eletrônico. E no momento da vistoria também fizemos uma (som ininteligível) solicitando alguns documentos que achamos de prastes solicitar no momento lá, pela dimensão do

terreno, verificamos que além das intervenções tinha corte de árvores e outros assuntos a serem tratados e além da área contaminada. Então foi nos apresentado no momento lá também o RIV foi apresentado e depois de todas esses levantamentos que a gente fez essa gama de licenças foram apresentados, o que a gente viu lá de importante que a gente tem interface com outros órgãos que é a CETESB era a questão de uma habitação de terra próximo ao Córrego, tem um muro na divisa e essa licença a gente não tinha visto no momento lá, então foi nos apresentado aqui também essa intervenção de vegetação Pioneira próximo ao Córrego de 450 metros quadrados para terraplanagem, realização de obras de terraplanagem e para conservação do solo evitando impedir o carregamento e demais resíduos para o córrego. E com tudo isso a gente fazendo o levantamento passo a passo verificamos que a empresa no momento, está trabalhando de forma regular né, não consideramos nada que foi feito de forma do que está na licença. Então a gente verificou que no momento ela encontra-se regular. Eu acho que era sucinto minha explanação aqui, uma vez que foi verificado junto com outros técnicos que a empresa está fazendo o que está sendo solicitado, a recomendação do RIV, as recomendações do TCA, então no momento nada foi levantada pela equipe. Então acho que tinha algumas indagações com relação ao DAEE, foi bastante discutido isso, nós achamos não fazer uma reunião com ele, não necessária essa reunião uma vez que não verificamos a retificação do código que é uma coisa que é da competência deles, da jurisdição deles. Não foi verificado tamponamento do Córrego, nem a utilização do recurso de utilização da água, nem tampouco travessias, então em comum acordo aqui decidimos fazer essa reunião com o DAEE, uma vez que não há nenhuma atribuição para ele nesse momento, até esse momento. Então acho que encerramos por aqui essa ação fiscalizatória.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Fábio, pela sua explicação. Sr. José Ramos se quiser dar uma palavra, por gentileza.

José Ramos de Carvalho – Macrorregião Norte 2: Fábio, anotei rapidamente aqui o que você comentou, agradecemos que houve a fiscalização e tem que estar dentro do RIV né, segundo as suas observações. Sem dúvida nenhuma falar com o DAEE é de fundamental importância porque como a gente viu recentemente agora nessa reunião de hoje, nós falamos justamente de funções especificamente do vertedouro público que tinha lá no local, que ele fazia, qual era a função do vertedouro. Só queria que você também usasse da palavra córrego porque importa em outro tipo de jurisdição, lá é um Rio Cabuçu de cima, então rio é uma coisa, córrego é outra, então tem que tomar certo cuidado aí e essa parte da função do vertedouro só para você compreender, quando da construção em 1998 não tinha a tecnologia que tem hoje de infundir as pedras e equipamentos via elemento químico, era feito por dinamite. Então quando chegou justamente na curva, eles tiveram que fazer uma espécie de defesa para passagem das águas utilizando das áreas verdes e de área de fundo de Vale que tem lá, que agora foi suprimido que a gente não tem acesso dentro da obra né, que é a preocupação com a área de APP, nesse caso é quando dá dos volumes de água, principalmente agora no verão que descia, que desce rapidamente né, que é uma velocidade absurda e você tem uma energia hidráulica muito potente que desce da Serra da Cantareira em direção a curva sobre a rodovia Dutra no meio da canalização inclusive tem duas curvas justamente que servem de freios, tem essa intenção de frear a água um pouco para fazer a curva sobre a Presidente Dutra e sobre a Fernão dias e foi exatamente esse vertedouro que fazia esse equilíbrio da passagem das águas e quando as águas vinham, que enchia, ele fazia o inverso, em vez de jogar as águas pluviais da área para

o Rio, ela caminhava por essas valas e iam para dentro dessas áreas de Fundo de Vale, que era o braço do próprio Rio antes da canalização. Então a grande preocupação nossa, tudo que estabeleceu no RIV, a gente decidiu em reunião, inclusive, quando da reunião em agosto 2020 eu citei na reunião, a única coisa que eles não podem mexer respeitando e considerando as questões de propriedade é a área de fundo de vale que nos protege, que foi uma solução de engenharia para aquele período justamente para que quando as águas viessem para fazer a curva na Dutra, e aí eu me coloco à sua disposição para a gente ir lá pessoalmente e eu te apresentar, inclusive, posso te enviar documentos, acho que você tem foto de tudo, do período, justamente para que quando as águas de grandes volumes chegasse elas iam estacionar nessas áreas de Fundo de Vale hoje praticamente extintas. Então hoje nós, na primeira invasão da transportadora (som ininteligível) e ela já retirou esse equipamento público, e olha só que interessante, a transportadora se protegeu porque ela estava no município jurídico de Guarulhos, então não tinha como a nossa Subprefeitura que fez a primeira fiscalização da obra poder arregimentar direito sob a questão de jurisdição de Guarulhos.

Fábio Traldi de Lima – CFA/SVMA: Você fala da transportadora Facilog?

José Ramos de Carvalho – Macrorregião Norte 2: Isso. Exatamente. Mas aí o que acontece, quando eu assumo e fizeram essa terraplanagem agressiva, eles extinguiram definitivamente toda essa parte do vertedouro, então eles assumiram, esse atual empreendedor o passível que já estava lá. Então eles ganharam de presente esse “passível” está lá aquele passível importante. Então a grande preocupação nossa e fico feliz em você dar esse, e aí eu já vou comunicar o pessoal que houve essa fiscalização, que a parte prática que é a função daquele vertedouro, é isso que a gente deseja, que seria a ideia de construir ali um Parque Linear ou parque de inundação para fazer esse rendimento de passagem sobre a curva, essa é a nossa maior dúvida né. E esse seria o nosso melhor resultado para que a gente não se deparasse em janeiro, porque nós estamos nesse momento agora e agradeço o Secretário pelo esforço, nós estamos ainda num momento de precaução e preservação, se você quiser pessoalmente eu me coloco aí, eu te levo. O primeiro Córrego imagina só, o Rio tem a descida da Serra até aquele ponto ele tem mais ou menos 6 km de morro abaixo, de água abaixo, então que que pode acontecer, nesse momento da curva ele tem antes dele uns 350 metros o Córrego do violão e, por exemplo, se ele inverte a mão do Córrego do violão ele vai jogar para baixo da água o terminal de cargas Fernão Dias hoje concessão do município, ele joga para baixo duas grandes empresas né para baixo d'água e me coloca sua, a gente vai passear nesse lugar e também ele vai jogar toda a população da comunidade do violão em baixo d'água, são cinco mil moradores. Por que o volume, para você ter ideia, porque construiu o piscinão do Paciência? Porque o paciência com tudo aí, esse é córrego, com todo o volume do paciência não conseguia adentrar no Cabuçu por conta da energia que o Cabuçu tinha, então ele virava uma barreira, a mesma coisa se você entrar na 23 de março o seu carro em “T” você não vai conseguir nunca, você vai ter que entrar em oblíquo, então o paciência, todas as inundações, e aí foi o trabalho do então Prefeito Bruno Covas, a construção daquele piscinão justamente para retardar um pouco e acolher as águas depois, agora imagina acontecendo isso com o Córrego do violão, que está a 350 metros da curva. Então essa é a nossa grande dificuldade, mas ótimo pela fiscalização, dentro do RIV era aquilo que a gente tinha desenhado mesmo e a questão daquele período, foi exatamente isso que eu coloquei, por favor, respeitando a propriedade, etc. e tal. Que nós não tenhamos nenhum tipo de interferência na Área de APP que nos protege justamente que foi uma solução de

Engenharia e aí a gente teve a fala, inclusive, do Engenheiro Lacava que tem profundo conhecimento, que é exatamente isso, esse é o nosso ponto essencial e nosso ponto de preocupação. O Engenheiro Lacava está pedindo a palavra e mais ou menos ele vai te dar as características sobre essas questões também. Obrigado viu, obrigado mesmo pela fiscalização, fico feliz, mas temos ainda um caminho pela frente para buscar essa solução final aí.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Lacava.

Marco Antônio Lacava – CMSP: Senhor Secretário, boa tarde. Estamos a quase 13 horas, boa tarde conselheiros, companheiros André. Eu quero apenas corroborar com o que acaba de ser colocado pelo André e pelo Ramos a respeito do Rio. Lá nós temos uma situação realmente no mínimo preocupante, eu trabalhei no mestrado na área e nós temos a convicção de que o volume, os volumes de água que desde seu nascedouro Rio Cabuçu, nasce a 1.100 metros de altura da Serra da Cantareira na região de Guarulhos o trecho de 33% da Serra da Cantareira dentro do município de Guarulhos, o rio Cabuçu nasce a 1.200 metros e caminha pelo entorno paralelo a rodovia e são dois Rios Cabuçu, tem o Rio Cabuçu de cima que deságua no Tietê mais adiante ali em Santana e o Rio Cabuçu que é o problema mencionado fruto dessa fiscalização realizada pela Secretaria do Verde. Eu quero dizer apenas que se pudéssemos realizar qualquer obra preventiva no sentido de minimizar um efeito que poderá vir a ser constatado nas próximas chuvas nós estaremos contribuindo muito para a população ao entorno dessa bacia, ali na Vila Maria, um pedaço do Jardim ali onde já tem uma população, uma concentração de muitas pessoas e que nós estamos realmente preocupados e através do que o Ramos levantou e vem trabalhando com tanto afinco no sentido de evitar o que não se conseguiu mais, não se conseguiu mais evitar, uma vez que as obras já estão praticamente concluídas, acho que o André pode relatar na sua apresentação, na sua fiscalização do Fábio. Você mencionou que ali teria um apontamento de área contaminada, isso foi solucionado?

Fábio Traldi de Lima – CFA/SVMA: Foi sim tem inclusive o termo habilitação da CETESB que é um documento que a CETESB tem a competência para dar esse documento e o nosso corroborado aqui com os técnicos da Secretaria. Eu tenho o parecer técnico nosso e o plano de intervenção, de reutilização de áreas contaminadas que é o da CETESB, então a priori estão seguindo o regramento que foi a eles notificado e voltando no assunto do Córrego, não sei se esse é o momento ainda, se foi elaborado isso junto na época do RIV com relação à contra partidas né, uma forma de mitigar sendo uma obra de grande impacto na região, uma forma de mitigar essa região seria a construção dessas drenagem, do curso d'água e tudo mais, eu não sei se é o momento ainda, mas com relação à construção em si, ela vai ter toda a reparação e instalação ambiental com os 30 metros, preservando plantio de matas ciliares, as áreas permeáveis serão mantidas conforme plano diretor, agora esse é um projeto antigo, mas agora eu tem uma cota ambiental que o Município é obrigado a fazer um reservatório da água da chuva, um reservatório superficial de escoamento de água pluvial. Então eu acho que a prefeitura está trabalhando em cima disso, esse como projeto antigo ainda não está previsto, mas talvez no RIV poderia ter uma contrapartida nesse sentido. Então você vai construir naquele local, uma área que vai gerar uma forte expansão, pessoas de caminhões, que vai ser um galpão Logístico e também da questão da diretriz que já tem a contrapartida uma certidão para a questão do Córrego, do curso d'água, então eu não sei se já foi discutido em outro momento, mas uma forma

de mitigar seria fazer um sistema de drenagem mais aprofundado ali para a região. Aí já é questão do pessoal do licenciamento se já foi em outro momento aqui no CADES talvez por ter passado aqui o IV né.

Marco Antônio Lacava – CMSP: Como está bem no limite do município entre Guarulhos e São Paulo afeta as duas regiões, eu acho que a obra que seria ideal é uma construção de um piscinão para compensar o Remanso daquela bacia que absorvia o volume das águas pluviais, então eu não sei se convém levantar a hipótese de abordar a Prefeitura de Guarulhos para juntamente conosco realizarmos uma obra mitigatória da região.

Fábio Traldi de Lima – CFA/SVMA: É, com certeza. Eu não sei se estamos no momento já porque a obra veio fazendo (som ininteligível) com a prefeitura com relação às licenças. Eu não sei está no momento ainda de fazer esse chamamento com a Prefeitura de Guarulhos ou com o próprio estado, de fazer alguma obra ali, mas aí já é questão de Secretaria de infraestrutura né, envolve outros (fala interrompida).

Marco Antônio Lacava – CMSP: Envolvendo a própria empresa que irá causar esse dano.

Fábio Traldi de Lima – CFA/SVMA: Não sei se seria legal fazer uma participação com todos aí com relação a essa obra na região ali que está afetando toda a região.

Marco Antônio Lacava – CMSP: Não seria interessante envolver a empresa responsabilizando-a pelo possível dano que vai causar.

Fábio Traldi de Lima – CFA/SVMA: É possível, mas eu acredito que esse momento já passou entendeu, é possível, mas o momento já passou uma vez que ele já tem as recomendações do RIV né. Eu não sei se essa é uma das recomendações, preciso até dar uma olhada aqui, mas seria legal convidar o pessoal do licenciamento para falar mais sobre esse assunto, sobre as contrapartidas da região, o que será feito para região no sentido do Córrego, sistema de drenagem, do acesso. Também vejo uma carência ali do acesso por que é uma rua que não que não tem sentido, ela é isolada, é uma rua sem saída, então tem outros aspectos que devem ser discutidos também além da questão do Córrego, então seria legal convidar o pessoal do licenciamento para trazer mais informações quanto a isso.

Marco Antônio Lacava – CMSP: No alvará você observou se existe alguma exigência para mitigar o problema ou para compensar esse sentido?

Fábio Traldi de Lima – CFA/SVMA: O alvará tem algumas condicionantes da retirada de terra, que foi uma condicionante para o aterro recomendado, certificado e tudo mais, cadastrado na ANLURB, é que são quesitos do licenciamento, são contrapartidas que envolve o licenciamento, a nossa questão é mais assim, está atendendo, ele entrou com documentos necessários para fazer a obra, ah entrou, ele está atendendo de forma às recomendações, está, então para nós é isso que fecha a questão da ação fiscalizatória, agora as questões mais voltadas, mais específicas com relação à região e a própria obra seria recomendável sugestão do pessoal do licenciamento também fazer parte dessa discussão.

José Ramos de Carvalho – Macrorregião Norte 2: Fábio, eu só queria destacar, como a gente está bem encima dessas questões todas e todos esses alertas que você comentou desde do processo RIV, nós através tanto do CADES Municipal como também do CADES Regional a gente estabeleceu todas essas preocupações, estão todas sobre documentos em ATA né, desde o início da terraplanagem, com passagem de caminhões, etc. O fundamento essencial que eu acho que é a fala do DAEE, porque O DAEE é sim o responsável como também esses proprietários são responsáveis, estão falando direito difusos, estamos falando de 500 mil pessoas que literalmente vai para baixo da água e que literalmente pode ir lá e meter fogo em tudo aquilo lá, eu conheço muita gente que já está com esse propósito, que é errado, mas estamos falando de direito difuso, estamos falando de comportamento de fiscalização, que o processo, as obras começaram lá em 2020, nós tivemos uma fiscalização efetiva, o retorno agora por insistência do Carlos dessa fiscalização que aconteceu, então tudo isso em termos de responsabilidade pública, especialmente a responsabilidade privada, até porque você tem um gasto de um governo federal de 500 milhões que foi feito numa tradução entre o governo Banco Central do Brasil e o governo do Japão, então existe um projeto que estava lá estabelecido e que foi realizado de acordo com esse orçamento Federal e que agora simplesmente dois proprietários e um conjunto de consorciados vão lá, alteram esse projeto e a gente acha que a gente tem que procurar em outro espaço, isso que me foge a compreensão, mas tá tudo dentro do que você falou, para dentro da história RIV, as compensações são de fundamental importância, por exemplo, existe um outro critério que não está sendo discutido e já vou colocar para vocês que toda aquela área ela já está predestinada para pertencer ao metrô linha Celeste 19 do metrô né, então aquele gigantesco balcões já não podem estar sendo construído para atender já o pátio Vila Medeiros o metrô? Então todas essas questões elas são extremamente voltadas à participação sim, o Município de São Paulo tem que questionar o DAEE, se você for lá Fábio, aí eu me coloco à disposição, não é só a obra que tá mexendo com a margem, já alteraram a margem, e em termos de tubulação de acesso de águas pluviais, inclusive, esse reservatório tem em torno de 450.000 mil metros, eu observo ele, mas tá alterado e a mais uns 100 metros a borda dessa mesma margem oeste tem uma nova obra também sem placa de responsabilidade técnica quer dizer são pessoas, são empresários que não tem noção do que eles estão mexendo, justamente numa área extremamente frágil e não tem nenhuma lá, não tem placa de qual é o Engenheiro, quem está responsável, a Subprefeitura, aí vai dentro dessa escala sua, ela disse que não tem capacidade técnica de fiscalizar aquilo, então quem fiscaliza? Eu posso ir lá, juntar aqui dois empresários, chegar na margem do Cabuçu, que resta um pedaço ainda e poder alterar o meu bel-prazer. Eles quando começaram a obra tiveram conhecimento técnico da essência do que era o projeto inicial lá, então veja só as dificuldades que nós estamos, estamos ainda na precaução mas quando chegar lá para a primeira semana de Janeiro aí acontecer alguma coisa no Rio de Janeiro lá como sempre acontece a gente já está bem habituado, que jogar todo mundo para baixo da água é que eu falo, como o Engenheiro Lacava comentou, são 250 mil pessoas na borda do Rio Cabuçu e outras mais 250 mil que está na drenagem pública desse fundo de vale, então é todo mundo para baixo da água. Hoje o Rio se tornou canalizado, ele não tem mais essa fuga né. Isso que a gente não queria que colocasse que, ah não vai ser de precatório e responsabilidade do setor público, não, no direito difuso quem alterou? Com base de quem? Do setor público e também do privado né. Teve essas fiscalizações como você está retratando, está dentro do RIV, mas na essência do projeto original lá da canalização que são praticamente meio bilhão de reais numa parceria Federal entre dois países que tipo de socorro nós vamos pedir. Vamos

cair na malha do precatório ou da irresponsabilidade da parte de engenharia. São 5 mil caminhões/hora, nós tivemos agora o exemplo de SBN de Belo Horizonte falando sobre os fundos de várzea e tinha que ser protegidos, mas bom, ouvimos a fala. É como diz temos que trabalhar em frente isso aí e buscar essas compensações e buscar essas soluções de engenharia como o Engenheiro Lacava colocou agora que é de extrema importância, nós temos ainda 60 dias pela frente, para vocês terem conhecimento estamos colocando hoje no CADES Regional, inclusive, eu mandei cópia Liliane para Rute, de um ofício convocando a empresa para explicar para nossa sociedade aqui na sede da Subprefeitura e sem dúvidas vão convidar também a Secretaria do Verde, mas também vamos convidar, por exemplo, associação comercial que tem aqui dezenas e dezenas de Comerciantes, a Avenida Edu Chaves inteira vai para baixo da água né, você tem escolas, você tem creches, você tem UBS, você tem o Hospital São Luiz Gonzaga que é margem do Rio Cabuçu de baixo que o próprio Engenheiro Lacava falou, então quem vai pagar por esses danos, quem que vai herdar esses danos, é o empresário que realizou lá, ele também colocou o dinheiro, colocou o recurso dele em cima da borda de orientação de engenharia. Então a gente tem que coletar os responsáveis, a exemplo de Brumadinho e de outras catástrofes que a gente observou recentemente, então que nós estamos trabalhando agora, recentemente eu estive em um evento no Senac e eles enfatizaram fortemente essa questão dos direitos difusos, de responsabilidade, nós estamos falando aqui de reclamações não é do Ramos, as reclamações são realizadas por associações de moradores que vem lá desde o engordadouro que o Engenheiro Lacava comentou descendo Serra baixo, Associação Jardim Cabuçu, Associação do parque do Chaves, Associação do Jardim Julieta, Associação do Jardim Guançã, então todas as pessoas representam moradores e aí sem falar das industriais, tem uma grande indústria do lado lá, não sei se você percebeu, tem uma indústria imensa lá do lado, além do terminal de carga Fernão Dias, então tem toda essa estrutura e que eles vão buscar os responsáveis né, então só para dar uma ideia, mas pelo menos eles agora a gente tem um retorno. Agradecer ao Secretário e a vocês aí, mas não é só a peça do RIV, porque na época eu fui fundamental na mesa, eu falei, olha, eu aprovo, dou meu voto na questão do direito de propriedade, mas tomem cuidado com aquela área que eu nasci lá, é área de Várzea pura e ali depois lógico a gente tinha conhecimento do projeto original quanto a questão dos vertedor público que fazia exatamente esse equilíbrio da passagem das águas. Então é só para você observar e sim tem que chamar o DAEE para sentar na mesa, não tem direito gente, tem que chamar o DAEE por que eles estão mexendo com margem, então alguém está autorizando esses mexidos nas margens e que é área de acomodação, antes a gente tinha 30 metros, depois reduziram para 15 e agora nós estamos com 5, olha só, num espaço de 600 metros de água morro abaixo. Olha só e ainda nós temos, e daí Carlos nessa antecipação o córrego que atende, passa por dentro do terminal de cargas Fernão Dias, passa por dentro dessa empresa e ainda passa por dentro da comunidade do violão, que você sabe como é que é ocupação de comunidade, eles fazem casa até em cima do próprio, nesse caso no próprio córrego. É como o Lacava disse na última reunião, é realmente um desastre anunciado que a gente tem que tomar um certo cuidado.

Fábio Traldi de Lima – CFA/SVMA: Só para continuar aqui uma questão, eu estava lendo as recomendações aqui, a recomendação 5: apresentar projeto executivo da rede de drenagem superficial e as medidas mitigadoras e drenagem superficial e subterrânea adotados na área do empreendimento para amortecer o volume de águas pluviais a serem lançadas na rede pública descrevendo seu funcionamento, assim como

apresentar no êxito da concessionária da Sabesp correlação com a ligação de esgoto na rede, demonstrar a destinação adequada dos efluentes do empreendimento, então isso aqui já tá proposto uma das recomendações tá, só para deixar claro aos Senhores aí que na recomendação foi deixado em pauta essa...

José Ramos de Carvalho – Macrorregião Norte 2: Inclusive no nosso Ofício Fábio, que nós colocamos, você vê os galpões, as áreas de coberturas deles são imensas, não dá nem para medir, eu acho que tem 400 a 500 metros quadrados de cobertura, para onde vai essas águas superficiais? Vai jogar justamente para ter conflito com as águas que já vem da Serra da Cantareira. É realmente uma equação complicada.

Fábio Traldi de Lima – CFA/SVMA: É, ali é uma questão que envolve prefeitura, as empresas que estão no envoltório da área, não somente a empresa que está atuando agora lá, mas as outras duas empresas envoltórias lá, as empresas de armazenamento, de transporte. Então primeiramente a prefeitura, eu acho que a prefeitura Regional devia tomar pé da situação junto com a Secretaria de Infraestrutura para verificar quais as empresas que estão gerando mais e o qual seria a solução mais adequada para cada região.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: A verdade é que todo mundo tem a perder ali numa eventualidade, o melhor e sempre conversar, tentar utilizar os meios disponíveis para educar, chamar atenção no que está aí, está fazendo de forma muito persistente e positiva Ramos, nosso papel como Secretaria do Verde, fiscalizatório é avaliar se todos os instrumentos estão de acordo né, foi o que nosso CFA fez, outras medidas eventualmente teriam que ser provocadas com outras Secretarias, Subprefeitura e outros órgãos públicos, nosso papel a gente tenta fazer da melhor forma possível, mas é o que eu sempre falo, todas as colaborações, todas as contribuições dentro do nosso espaço CADES são sempre bem vindas e a gente tenta medida do possível, a medida do nosso mandato tomar as providências que nos são cabíveis dentro dos limites da Lei.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Fábio, Obrigada Secretário. Só complementando Sr. José Ramos, a gente está aqui com o diretor Juliano, que ele pode falar um pouco para o Senhor, do RIV. É só um complemento mesmo.

Juliano Ribeiro Formigoni – CLA/SVMA: Boa tarde a todos. Só complementando as palavras do Fábio. O RIV sim, foi aprovado pela gente, só que o RIV, só para deixar claro, ele não é um instrumento de avaliação de impacto ambiental tá, ele é claro o decreto municipal de 94 que a Secretaria do Verde se limita a analisar alguns aspectos, então a avaliação de impacto ambiental compete ao licenciamento ambiental, então esse licenciamento ambiental não foi realizado pelo município e sim pela CETESB como é de conhecimento de todos, então a fiscalização também em controle, é também de competência da CETESB, lógico que a fiscalização do município também atua que nem o Fábio foi lá fez a vistoria tranquilamente, mas a gente não tem tanto esse poder de verificar os documentos que ele teve, teve intervenção em APP pelo que eu vi na CETESB, ele deu sim né intervenção, então já que já deu então preciso fiscalizar, o que não compete ao município essa função, sobre o RIV, só para explicar para vocês verem, o RIV ele foi aprovado agora ele está na fase de acompanhamento de execução de obra, ele está apresentando os relatórios semestralmente e enquanto ele for pedir o habite-se, a gente tem que se manifestar de novo, mas a gente não entra muito nesse

meio da fiscalização tendo em vista que o licenciamento foi da CETESB, então até a própria CLA não tem a competência da fiscalização. E também só complementando o Fábio em relação ao acesso, lá ele teve uma certidão de diretrizes da CET, então também ali deve ter umas contrapartidas que ele tem que atender né para melhorar. Então como ele não está na fase de obra, não sei falar do cronograma que ele acordou com a CET. É isso, obrigado.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Juliano. Vamos agora para o quinto ponto do expediente: a sugestão de pautas passar, por favor, para e-mail do caedes@prefeitura.sp.gov.br e a nossa reunião será dia 14/12 e será de extrema importância para todos os conselheiros e conselheiras aqui presente por que estaremos aprovando a data das próximas reuniões do CADES de 2023. Então eu peço, por gentileza, que todos estejam presentes para aprovação e deliberação. Então agradecer o Fábio Traldi, nosso diretor pela sua explanação, pela sua explicação. Passo agora a palavra para o Carlos ao nosso encerramento.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Hoje foi longa, mas extremamente profícuo nossa reunião, agradecer e falar do meu orgulho de fazer parte dessa equipe grande da secretaria junto com o Juliano, junto com Fábio, junto com o Sérgio, junto com a Liliane, junto com a Rute. Agradecer a participação e envolvimento dos nossos conselheiros e dos nossos parceiros das outras secretarias no foco e envolvimento com as nossas questões, nem sempre, já ia esquecendo também a Giovana, Giovana obrigado viu. Agradecer também a Ciara e a participação e a apresentação que foi feita hoje. Esse envolvimento, essa colaboração, essa parceria permanente nossa da Secretaria do Verde junto com a sociedade civil, junto com outras Secretarias é fundamental para a gente manter os objetivos de proteção do meio ambiente sempre em foco dentro da nossa cidade, são muitos desafios, mas a gente trabalha na melhor forma dentro da Lei sempre para mitigar riscos e para atender essa difícil tarefa de equilibrar o desenvolvimento e Proteção Ambiental. Então agradecendo a presença de todos, a paciência, eu dou por encerrado essa reunião do CADES de hoje. Muito obrigado, um bom dia e bom feriado na semana que vem.

São Paulo, 09 de novembro de 2022

EDUARDO DE CASTRO

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -CADES